

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
35ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2024/2025

1 **ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2024.** Ao oitavo (8º)
3 dia do mês de Janeiro do ano de 2025, às 14h, de forma presencial e virtual, na
4 sala de cinema do Centro Cultural Palácio da Justiça (CCPJ), cito a Av. Eduardo
5 Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme o Ofício Circular n.º
6 001/2025-GS/FEC, enviado em 06 de janeiro de 2025, e atingido o quórum
7 mínimo, declaro aberta a 35ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura
8 - CONEC. Em virtude das ausências justificadas do presidente e diante dos
9 poderes investidos, como vice-presidente, pelo Regimento Interno deste
10 Conselho, assumiu o exercício da presidência desta sessão o senhor **LUIZ**
11 **CARLOS DE MATOS BONATES** e convocou a conselheira **ANA LÍGIA**
12 **PIMENTEL** e o secretário-geral **PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO**, da
13 Cadeira de Audiovisual, para auxiliar no secretariado. E, para compor esta Mesa
14 Diretora, convocou ainda o conselheiro titular da Cadeira indígena o Sr. **SERGIO**
15 **RICARDO**. Composta a Mesa Diretora, solicitou a secretária-geral interina que
16 os informe o quórum de hoje. Nesse momento, informou que se encontram
17 presentes, além dos membros da Mesa Diretora, que representam as cadeiras
18 da SEC, do Audiovisual e Cadeira indígena, os demais conselheiros titulares e
19 suplentes presentes nesta 35ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de
20 Cultura – CONEC com direito a voto, conforme lista anexa. **O presidente**
21 agradeceu a secretária-geral interina e, dando início aos trabalhos desta
22 plenária, informou que, devido à extensão da pauta, o **EXPEDIENTE**, inclusive
23 a aprovação de atas, está suspenso. Em seguida, determinou que se passe às
24 **PROPOSIÇÕES** indicadas na pauta para a reunião. Perguntou a secretária-geral
25 se havia alguma proposição. **A secretária-geral** informou que foi apresentada à
26 Mesa Diretora a proposição do conselheiro da Cadeira do Circo, **Vanderley**
27 **Pinheiro**, para que sejam incluídos na pauta todos os questionamentos,
28 denúncias ou pedidos de esclarecimento enviados ao pleno do CONEC,
29 referentes aos editais da PNAB. **O presidente** perguntou se o conselheiro
30 Vanderley Pinheiro estava presente para defender a proposição que havia
31 apresentado. Como Vanderley não estava presente, o presidente decidiu deixar
32 a proposição para outra oportunidade. Em seguida, pediu ao secretário-geral



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

33 para perguntar se algum membro titular da plenária queria apresentar outra
34 proposta. Informou que as inscrições estavam abertas e que seria concedido o
35 prazo regimental de 3 minutos para justificar a inclusão de propostas na pauta.
36 Após aguardar, questionou se alguém havia levantado a mão. Não havendo mais
37 proposições, passou a **ORDEM DO DIA**. A **secretária-geral** interina informou
38 que hoje, tem na pauta: 1) Solicitações de alteração de projeto de audiovisual da
39 LPG; 2) Deliberação sobre o Código de Ética e Decoro do CONEC; 3)
40 Informação sobre a “Paulo Gustavo”; 4) Data nova e escuta dos 4 editais a serem
41 lançados ainda (Espaços, Memória e Pesquisa, Pontos e Pontões); 5) Sede do
42 CONEC (verba PNAB); 6) Formato para as comunidades dos grupos CONEC;
43 7) Seminário “Semana Pensar Cultural”; 8) CONEC Itinerante; 9) Calendário
44 2025. **O presidente** agradeceu a secretária-geral e, em seguida, iniciou com a:
45 1) Solicitações de alteração de projeto de audiovisual da LPG: Para que todos
46 se pronunciem, suspendeu a moderação pelo prazo de 15 (quinze) minutos e
47 concedeu a voz à assessoria para conduzir as explicações. (aguardando a ASPC
48 chegar na reunião). Passou a segunda pauta. Deliberação sobre o Código de
49 Ética e Decoro do CONEC. Tendo em vista que há várias seções do Código de
50 Ética e não foram apresentadas mais alterações, destacou que a minuta foi
51 encaminhada aos membros. Em seguida, abriu a voz para que os membros se
52 manifestassem sobre o tema, suspendendo a moderação pelo prazo de 20
53 minutos, após o qual a deliberação seria colocada em votação. Perguntou se
54 havia mais alguma manifestação sobre o Código de Ética. **O conselheiro André**
55 **Durand** agradeceu a presença do presidente da comissão legislativa,
56 destacando a importância da deliberação sobre a pauta. Ele ressaltou que a
57 discussão sobre o Código de Ética já se arrasta há bastante tempo e solicitou
58 que o presidente em exercício, ao retornar ao pleno, pudesse dar mais atenção
59 ao tema. André destacou os avanços feitos até o momento e pediu que o
60 presidente da comissão legislativa, Dudson Carvalho, se pronunciasse sobre a
61 pauta, mencionando que a discussão envolve tanto a lei do conselho quanto
62 outros assuntos relevantes ligados ao Código de Ética. **O conselheiro Dudson**
63 **Carvalho** se manifestou informando a todos que a comissão estava, no
64 momento, trabalhando no regimento interno para definir a questão da ética. Ele
65 explicou que estavam se baseando em outros conselhos para, de maneira
66 positiva, adicionar elementos ao processo, de modo que não houvesse a
67 necessidade de traduzir o código de ética de imediato. Dudson ressaltou que foi
68 criada uma ordem natural das coisas que trata da lei do conselho, mas o foco



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

69 estava no regimento interno. Ele também mencionou que, após a finalização do
70 trabalho sobre o regimento, a comissão passaria a avaliar a questão do código
71 de ética, conforme o que havia sido acordado previamente. O conselheiro
72 destacou que isso não impedia que outros conselheiros pensassem de forma
73 diferente e se manifestassem durante o pleno, deixando claro que as discussões
74 estavam abertas. Ele acrescentou que as penalizações e outros aspectos
75 relacionados ao código de ética poderiam ser abordados diretamente no
76 regimento interno, com o objetivo de garantir que, no momento da candidatura a
77 cargos no conselho, todos estivessem cientes dos seus deveres, obrigações e
78 possíveis punições, caso não cumprissem com suas responsabilidades. **O**
79 **presidente** perguntou se mais alguém gostaria de se pronunciar a respeito do
80 tema. Ao perceber que ninguém se manifestou, ele sugeriu que fosse colocada
81 a questão em votação. Em seguida, fez uma pequena observação, destacando
82 que a Procuradoria Geral do Estado está exigindo que todos os órgãos do
83 governo implementem uma ouvidoria direta, seja por telefone, e-mail ou escrito.
84 Ele mencionou que uma das exigências feitas é que cada órgão tenha o seu
85 próprio código de ética, incluindo os funcionários públicos. O presidente
86 enfatizou que essa exigência é legal e que todos devem cumprir, alertando que
87 a cobrança será feita e que a Secretaria também está fazendo sua parte. Ele
88 pediu para que o conselheiro Dudson Carvalho fosse breve, pois o assunto deve
89 ser tratado de forma coletiva por todos, dado que é uma exigência legal. **Dr.**
90 **Sérgio Cruz** iniciou sua fala cumprimentando o presidente e os conselheiros
91 presentes, e fez uma observação sobre o código de ética, ressaltando que ele
92 estava sendo discutido desde abril do ano anterior, sendo colocado e retirado de
93 pauta diversas vezes até o momento. Ele mencionou que, apesar de já terem
94 discutido o tema anteriormente, não havia sido registrada nenhuma ata, exceto
95 na data presente, e que, até então, nenhum conselheiro ou conselheira havia
96 solicitado a retirada do item da pauta, novos estudos ou análises pela comissão.
97 Dado o contexto, o necessário naquele momento era votar o código de ética. Ele
98 esclareceu que não havia como retirar o tema de pauta, e que, caso o código
99 fosse aprovado pela maioria, ele seria aprovado. Caso contrário, seria analisada
100 a situação e as razões para a não aprovação, mas enfatizou que, conforme o
101 regimento interno, questões cruciais como o código de ética, quando chegam a
102 esse ponto, "travariam a pauta". Isso significaria que todas as outras pautas,
103 como as relacionadas a Lei Paulo Gustavo e PNAB, ficariam paradas até que o
104 código de ética fosse votado, isso não significava que o código de ética não



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

105 pudesse ser reanalisado pela comissão posteriormente. Ele também destacou
106 que muitas pessoas interpretam mal o que ele diz, e fez questão de deixar claro
107 que o que estava defendendo era a necessidade de uma votação, seja para a
108 aprovação ou não do código de ética. Se aprovado, o código seria estabelecido,
109 e caso houvesse necessidade de alterações posteriores, essas poderiam ser
110 sugeridas. Sérgio terminou sua fala informando que não houve sugestões de
111 alteração ao texto das minutas apresentadas. **O conselheiro André Durand**
112 respondeu ao Dr. Sérgio Cruz, com o intuito de provocá-lo de forma construtiva,
113 destacando que a relação de discussões entre ambos já havia sido bastante
114 produtiva. Ele pediu que a Secretaria Geral, que representa a sociedade civil,
115 fosse independente e não fosse influenciada por pressões externas. Além disso,
116 ressaltou a necessidade de que as discussões no Conselho não fossem vistas
117 como uma ameaça de paralisação, pois o Conselho já vinha trabalhando por um
118 longo tempo. Ele também fez uma crítica contundente ao ex-presidente do
119 Conselho, mencionando que, embora ele tivesse cometido um crime grave que
120 afetou a cultura de maneira geral, agora, em 2025, sua fala era intimidatória, o
121 que estava afetando negativamente os conselheiros e o pleno. Questionou a
122 criação da comissão legislativa, onde o Dr. Sérgio esteve presente, e pediu que
123 todos os registros fossem apresentados, incluindo as atas que indicam que o
124 assunto do regimento interno nunca foi discutido ou levado à comissão
125 legislativa, o que considerou uma situação estranha. Em seguida, ele questionou
126 o papel do Dr. Sérgio dentro do Conselho, sugerindo que ele estava atuando
127 mais como representante da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do que
128 como advogado da sociedade civil. Pediu também que fosse explicado como a
129 Procuradoria-Geral havia exigido a implementação de códigos de ética nos
130 conselhos estaduais, mencionando que isso era algo desconhecido a nível
131 nacional e que em Manaus estava ocorrendo de forma diferenciada. Ele
132 questionou o objetivo do código de ética, sugerindo que ele favoreceria o poder
133 público, e fez referência a um incidente anterior em que um conselheiro quase
134 foi agredido, sem que o código de ética fosse considerado. Finalizou sua fala
135 enfatizando o seu desconforto com a situação, pedindo que fosse usada toda a
136 força do regimento interno para suspender a questão do código de ética,
137 mencionando que a comissão legislativa estava trabalhando em cima disso, mas
138 caso a votação fosse realizada, ela deveria ocorrer sem manipulações. **A**
139 **conselheira Cristina Helena de Oliveira** cumprimentou os conselheiros e
140 mencionou que tinha uma dúvida. Ela perguntou, especificamente para o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

141 conselheiro André Durand, se a minuta do código de ética já estava pronta ou se
142 ainda estavam sendo feitos estudos sobre o assunto, buscando mais
143 informações a respeito. **O conselheiro André Durand** esclareceu que já existe
144 uma minuta do código de ética, a qual foi encaminhada para discussão. Ele
145 explicou que, quando o colegiado assumiu, o código não estava em pauta, mas
146 surgiu a partir de algumas discussões. Ao longo do tempo, o colegiado utilizou o
147 regimento interno para adiar o debate e estudar mais profundamente a questão.
148 Com a criação da comissão legislativa, ele destacou que estão trabalhando na
149 reformulação da lei e no aprimoramento do código de ética dentro desse
150 contexto. **Cristina Helena de Oliveira** perguntou ao conselheiro André Durand
151 sobre o prazo dado pela PGE para a aprovação do código de ética. **A**
152 **conselheira Cristina Helena de Oliveira** perguntou se alguém tinha
153 conhecimento sobre o prazo dado pela PGE para a aprovação do código de
154 ética. **O conselheiro André Durand** respondeu que não tinha esse
155 conhecimento e que o trabalho estava sendo realizado pela comissão legislativa
156 a respeito desse tema. **O presidente** mencionou que não tem um prazo
157 específico para a aprovação do código de ética, mas acredita que será cobrada
158 uma validade dentro de um ano. Ele também comentou que a secretária já está
159 trabalhando nesse tema e que, posteriormente, poderia obter mais informações
160 com Caio sobre o assunto. **O conselheiro Elson Rocha** levantou uma questão
161 sobre o fato de que alguns conselheiros, tanto do poder público quanto da
162 sociedade civil, aparentemente não leram o código de ética, conforme percebido
163 através das perguntas feitas online. Ele enfatizou a importância de saber se
164 todos receberam o documento e tiveram a oportunidade de lê-lo antes de
165 avançar para a votação. Ele ressaltou que não seria adequado aprovar um texto
166 sem a devida leitura prévia e sugeriu que, caso não tenha ocorrido a leitura, o
167 processo de discussão e análise fosse retomado, talvez como no procedimento
168 do regimento interno, onde se lê e se delibera artigo por artigo. **Cristina Helena**
169 **de Oliveira** concordou com a fala do conselheiro Elson Rocha, destacando a
170 importância de garantir que todos os conselheiros tenham lido o código de ética
171 antes de qualquer deliberação. Ela informou que, de fato, não teve acesso ao
172 documento e sugeriu que fosse reencaminhado a ela, pois pode ter ido para o
173 lixo eletrônico. Cristina solicitou também que fosse agendada uma reunião
174 específica para tratar dessa pauta, considerando a urgência do tema, que
175 envolve questões de preservação dos direitos dos servidores e outras situações
176 relevantes. **O conselheiro Roberto Sá** afirmou que leu o código de ética e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

177 destacou que o documento foi enviado para todos os conselheiros. **O presidente**
178 informou que o código de ética foi enviado para todos os conselheiros no dia
179 21/06/2024, e o presidente destacou que a questão pode ser resolvida com uma
180 votação, aprovada ou não, independentemente de os conselheiros terem lido o
181 documento. Explicou que a questão do código de ética pode ser resolvida com
182 a votação, e se não aprovado, haverá tempo para ler e discutir adequadamente.
183 Caso seja aprovado, o código ficará como está. Também pediu para que a
184 discussão fosse encerrada, e perguntou quem mais desejava se pronunciar. **O**
185 **conselheiro Vanderley Pinheiro** pediu um prazo de 15 dias para que os
186 conselheiros que ainda não tiveram acesso ao código de ética possam se
187 familiarizar melhor com o documento. Ele enfatizou que o tema é muito sensível,
188 especialmente para a sociedade civil, e solicitou esse prazo para que a
189 deliberação final seja feita de maneira adequada, com a possibilidade de
190 convocar uma reunião extraordinária, se necessário. **Cristina Helena de**
191 **Oliveira** sugeriu que, considerando a urgência da demanda, o prazo solicitado
192 por Vanderley de 15 dias poderia ser reduzido. Ela mencionou que já havia
193 recebido o documento da Simone e que estava disposta a ler e se comprometer
194 com a análise, destacando a importância de tratar o assunto com urgência para
195 que pudesse ser votado em breve. **A conselheira Lucimar Marques** também
196 solicitou vista para que todos os conselheiros tivessem tempo de ler a minuta do
197 código de ética. Ela sugeriu que, caso houvesse alguma sugestão, os
198 conselheiros poderiam enviar ou discutir as alterações artigo por artigo. O
199 objetivo seria votar a minuta na próxima reunião do conselho, de forma breve. **O**
200 **conselheiro André Durand** dirigiu-se ao plenário para abordar várias questões
201 importantes. Embora o código de ética fosse uma demanda relevante, havia
202 outras questões igualmente significativas que o plenário deveria atentar. Ele
203 mencionou o jeton para conselheiros, que é um tema que, segundo ele, nunca
204 foi suficientemente discutido, o CONEC Itinerante é um projeto importante que
205 foi barrado, por vaidade, pelo ex-presidente do Conselho. Além disso, ele afirmou
206 que o pedido feito à Casa Civil sobre o aumento do Jeton, visando proporcionar
207 a presença dos conselheiros em todos os 62 municípios, incluindo Manaus,
208 também deveria ser tratado com urgência. Também fez referência a uma reunião
209 que teve com o governador do estado, na qual foi garantido esse aumento para
210 os conselheiros. Ele reiterou que esse tema é de extrema importância e que
211 também merecia atenção no colegiado. Indicou que, embora o código de ética
212 fosse fundamental, o plenário deveria focar em outras questões igualmente



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

213 importantes para o bom funcionamento do Conselho. Além disso, sugeriu que
214 fosse concedido o prazo de vista para que todos os conselheiros, inclusive
215 aqueles que não haviam lido o código de ética, tivessem tempo de analisá-lo.
216 Ele ressaltou que o código deveria ser revisado para garantir que não
217 favorecesse indevidamente o poder público, algo que ele disse ser percebido
218 nas entrelinhas do documento. Também fez um questionamento sobre o papel
219 da comissão legislativa dentro do colegiado atual. Ele sugeriu que todos os
220 documentos e atas que constam no site do CONEC, incluindo as discussões
221 sobre o código de ética, fossem devidamente apresentados e atualizados, para
222 que o plenário tivesse acesso às informações completas. Pediu à secretária que
223 estava assumindo o conselho que conduzisse a votação para que o colegiado
224 pudesse avançar nas discussões. Afirmou que, acima de tudo, era necessário
225 priorizar os interesses da sociedade civil, especialmente no que se referia à sua
226 classe, que enfrenta grandes desafios, como os relacionados aos editais do
227 audiovisual. Ele também enfatizou a importância da fala da secretária, que,
228 sendo a primeira mulher a assumir a Secretaria, tinha um peso significativo, não
229 só para o setor audiovisual, mas para toda a sociedade civil. **A Secretária Geral**
230 **Interina** dirigiu-se ao plenário após as falas dos conselheiros, destacando a
231 importância da leitura do código de ética. Ela sugeriu que cada conselheiro
232 pudesse fazer a leitura individual do documento em casa e que, em seguida,
233 uma reunião fosse convocada para discutir exclusivamente sobre esse assunto.
234 Enfatizou a necessidade de que todos estivessem atentos às entrelinhas do
235 documento, já que, como de costume, o poder público muitas vezes utiliza
236 artifícios para manipular determinadas situações. Também mencionou que,
237 embora o código de ética fosse um tema importante, ela lembrava que uma
238 questão já discutida anteriormente, sobre problemas na área do audiovisual,
239 também deveria ser tratada em breve. Ela indicou que esse era um assunto que
240 seria abordado mais tarde, mas que estava na pauta de discussões do plenário.
241 Reforçou que o documento foi enviado em junho, embora estivesse marcado
242 com a data de abril, e sugeriu que alguns conselheiros talvez não tivessem
243 percebido a chegada do material. Ela sugeriu que, para resolver essa falta de
244 comunicação, os lembretes fossem enviados novamente nos grupos de
245 WhatsApp e nos e-mails, de forma a garantir que todos tivessem tempo
246 suficiente para ler o material antes da próxima reunião. Ela também sugeriu que
247 os conselheiros, ao lerem o código, fizessem anotações e marcassem trechos
248 que gostariam de discutir ou modificar. Segundo a Secretária, o documento



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

249 poderia ser lido em cerca de uma hora e, após isso, os conselheiros poderiam
250 colocar suas sugestões e pontos de vista na próxima reunião, que seria dedicada
251 a esse assunto. Ela enfatizou que, para garantir a atenção de todos, seria
252 importante enviar lembretes com antecedência, para que os conselheiros não
253 esquecessem de se preparar para a reunião. Sugeriu que, conforme a data da
254 reunião fosse se aproximando, os conselheiros fossem notificados novamente
255 para garantir que todos estivessem prontos para a discussão, e que a leitura do
256 código fosse realizada de forma cuidadosa e atenta. **O conselheiro André**
257 **Durand** dirigiu-se ao plenário e à Secretária Geral Interina do CONEC,
258 levantando uma questão sobre a condução da votação em pauta. Ele ressaltou
259 que, como secretária, ela possui a prerrogativa de secretariar e conduzir os
260 trabalhos com base nas falas anteriores do presidente em exercício. Ele sugeriu
261 que fosse colocada em votação a aprovação ou não do código de ética, conforme
262 a indicação do presidente. Entretanto, destacou que, enquanto mediadora, a
263 Secretária Geral deveria realizar uma análise holística da situação para garantir
264 que a maioria dos representantes da sociedade civil estivesse devidamente
265 considerada e representada. Ele apontou que, conhecendo as entrelinhas do
266 documento, seria necessário ter muito cuidado na deliberação. Expressou sua
267 concordância com os pedidos de vistas apresentados pelos conselheiros
268 Lucimar Marques e Vanderley Pinheiro, reforçando que o documento precisaria
269 ser analisado com cautela. Ele enfatizou a importância de que qualquer decisão
270 tomada beneficiasse tanto a sociedade civil quanto os conselheiros, dado que o
271 papel da sociedade civil neste colegiado é deliberar enquanto o poder público
272 deve fornecer informações e promover melhorias para os agentes culturais do
273 Amazonas. Além disso, ele mencionou a relevância do fator amazônico, que foi
274 aprovado na Conferência Nacional de Cultura em Brasília, destacando que as
275 prerrogativas para a presidência do colegiado devem considerar os interesses
276 da sociedade civil. Concluiu expressando seu reconhecimento e respeito à
277 Secretária Geral, por sua posição como mulher e por seu cuidado em proteger
278 os interesses da sociedade civil ao tratar de um documento tão sensível. **O**
279 **conselheiro Dudson Carvalho** retomou a palavra durante a sessão para
280 reforçar sua perspectiva sobre o processo de votação em curso. Ele iniciou
281 esclarecendo que sua solicitação de fala se deu pelo fato de o assunto estar
282 sendo colocado em pauta para votação. Propôs que, caso a votação ocorra e o
283 resultado seja contrário, o item seja retirado de pauta, ao invés de marcar uma
284 nova reunião extraordinária para tratar do mesmo tema. Ele destacou que este



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

285 assunto já vinha sendo trabalhado na comissão, que seguiu uma ordem de
286 serviço detalhada, incluindo os itens necessários para a construção do Código
287 de Ética. O conselheiro disse que o Código de Ética já havia sido apresentado
288 anteriormente, mas mencionou que, com a chegada da atual legislatura, houve
289 uma proposta de alteração, o que resultou na formação de uma comissão
290 legislativa para tratar dessas questões. Ele enfatizou que a ordem natural dos
291 trabalhos seria seguir o fluxo estabelecido pela comissão legislativa antes de
292 deliberar sobre o Código de Ética. Também chamou a atenção dos novos
293 conselheiros para a importância de respeitar essa sequência de ações,
294 destacando que o tema poderia ser retomado a qualquer momento, desde que
295 se concluam os trabalhos na comissão legislativa. Ele alertou que aprovar o
296 Código de Ética antes de realizar as alterações legislativas necessárias para os
297 artistas seria um contrassenso. Deixou claro que, na sua opinião, o Código de
298 Ética não deveria ser aprovado nesse momento e tampouco deveria ser
299 convocada uma reunião extraordinária para tratar do tema agora. Ele reiterou a
300 importância de seguir o planejamento e os procedimentos já estabelecidos pela
301 comissão. **O presidente colocou em regime de votação. A partir deste**
302 **momento o secretário geral Padro Cacheado entrou na reunião** (2 horas 40
303 minutos 20 segundos 2:40:20), questionando o início do regime de votação
304 anunciado. Ele afirmou: "**Kaká, não tem no regime de votação.**" e justificou
305 sua posição dizendo: "**Porque a gente não colocou, tem 2 questões de ordem**
306 **no caminho e a gente precisa ouvir essas pessoas.**" Destacou a necessidade
307 de cautela no andamento da reunião ao dizer: "**Então vamos com calma.**" Em
308 seguida, ele expressou preocupação com a condução dos trabalhos e criticou a
309 organização, afirmando: "**Aí tem uma coisa errada nessa mesa.**" Ele
310 questionou "**Quem está secretariando a reunião?**". A suplente Ana Lígia
311 respondeu prontamente: "**Eu, substituindo você.**" Então argumentou: "**Pois é,**
312 **na ausência do secretário é o decano. Por que que o decano não está**
313 **secretariando a reunião?**", levantando um ponto sobre a ausência de
314 observância ao procedimento que, segundo ele, deveria ser seguido. Ele
315 destacou que esta era sua primeira questão de ordem, reiterando que esse ponto
316 já havia sido discutido anteriormente com Symone. Chamou atenção para a
317 importância de cumprir as normas internas relativas à substituição do secretário,
318 reforçando a necessidade de maior atenção à formalidade no gerenciamento da
319 reunião. **Dr. Sérgio Cruz** solicitou a palavra para prestar um esclarecimento
320 sobre a questão levantada por Pedro Cacheado. Ele afirmou: "**Secretário, só**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

321 **uma informação, a questão do decano é para a Presidência.**" Pontuou que,
322 com a presença do presidente na reunião, cabe a ele a condução da sessão:
323 **"Nós temos um presidente presente. A questão de condução da sessão é**
324 **o presidente que conduz essa ação.**" Reforçou o papel do presidente na
325 coordenação dos trabalhos e indicou que não seria necessário invocar a figura
326 do decano nesse contexto, dado que o presidente estava ativo e exercendo sua
327 função. **O secretário geral** expressou sua estranheza em relação à condução
328 da reunião, mencionando: **"É só estranho. Ainda bem que a Ana Lígia está**
329 **aí. E assim agradeço pela presença dela aí."** No entanto, ele manifestou sua
330 discordância sobre a situação, afirmando: **"Mas não tem como suplente**
331 **secretariar uma reunião, né? Acho que isso está fora do regimento."** Com
332 essas palavras, levantou um questionamento sobre a legitimidade da atuação de
333 um suplente como secretário durante a sessão, sugerindo que essa prática
334 poderia não estar em conformidade com as regras regimentais do Conselho. **Dr.**
335 **Sérgio Cruz** esclareceu a situação envolvendo a secretária interina da reunião.
336 Ele afirmou: **"É novamente o secretário-geral, o senhor informou que não**
337 **estaria presente. Ela está aqui representando sua cadeira e ela foi**
338 **convidada para secretariar em exercício."** Com essa explicação, Dr. Sérgio
339 reforçou que a atuação da suplente como secretária foi uma medida previamente
340 acordada devido à ausência anunciada do secretário-geral, legitimando sua
341 participação na função durante a sessão. **O secretário geral** questionou sobre
342 a origem do convite para que Ana Lígia assumisse a função de secretária
343 interina, perguntando **"Convidada por quem?"**. Em resposta, **dr. Sérgio Cruz**
344 informou que a ausência do secretário-geral foi previamente comunicada, o que
345 justificaria a nomeação de Ana Lígia para o cargo, conforme relatado pela equipe
346 de apoio. No entanto, **o secretário-geral** expressou descontentamento,
347 afirmando que as informações que recebeu não coincidiam com as
348 comunicações anteriores. Ele também fez referência a uma questão de quórum,
349 destacando a necessidade de garantir a presença necessária para a
350 continuidade da sessão. **O secretário-geral**, após ser interrompido, reafirmou
351 que ainda não havia terminado sua fala e pediu respeito ao regimento. Ele
352 destacou que estava fazendo questionamentos e que as respostas estavam
353 sendo dadas de forma satisfatória. Em seguida, afirmou que assumiria a
354 Secretaria da reunião, agradecendo a presença de Ana Lígia, a quem ele havia
355 convidado para garantir a presença necessária e evitar problemas de quórum.
356 Explicou que havia informado a todos sobre sua presença na reunião após um



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

357 compromisso odontológico, esclarecendo que poderia assumir a Secretaria a
358 partir de determinado horário. Ele finalizou sua intervenção dizendo que, a partir
359 daquele momento, ele tomaria a responsabilidade pela Secretaria da reunião,
360 permitindo que o presidente Kaká seguisse com a pauta, especificamente com
361 a votação proposta. **O presidente**, após alguns momentos de confusão, tomou
362 um momento para organizar os pensamentos e reiniciar a discussão. Ele sugeriu
363 a concessão de um pedido de vistas por 15 dias para que todos pudessem
364 analisar as propostas, com o objetivo de votar o Código de Ética em uma reunião
365 extraordinária após esse prazo. A proposta era que, após esse período de leitura
366 e análise, uma reunião extraordinária fosse convocada para decidir se o Código
367 de Ética seria aprovado ou não. Caso fosse aprovado, ele permaneceria como
368 está. Caso contrário, a proposta retornaria para a comissão de legislação, onde
369 seria discutida novamente. Questionou se todos estavam esclarecidos sobre os
370 dois itens a serem votados. Após não perceber nenhuma manifestação contrária,
371 ele indicou que a reunião entraria em regime de votação. **O conselheiro André**
372 **Durand** explicou que sua fala se tratava de um esclarecimento sobre a proposta
373 e a presença do presidente na plenária, e expressou que esperava que suas
374 palavras não tivessem magoado o presidente, ressaltando que o país em
375 questão era democrático. Ele recordou que naquele dia completavam dois anos
376 desde a tentativa de incêndio em Brasília, em razão do retorno do presidente
377 Lula, e comentou que ainda havia certas questões remanescentes relacionadas
378 ao assunto. Afirmou também que alguns bolsonaristas estavam envolvidos em
379 questões culturais no estado do Amazonas, mas que estava satisfeito com o fato
380 de que a Polícia Federal estava agindo de maneira eficaz, o que, segundo ele,
381 traria mais atualizações e progressos sobre esses assuntos. Pediu que o
382 presidente fosse melhor assessorado, especialmente no que diz respeito às
383 discussões de pautas importantes que estavam sendo tratadas dentro da
384 comissão de legislação, que, segundo ele, não estava presente. Em seguida, ele
385 pediu uma verificação nos registros das atas de reuniões passadas, incluindo um
386 pedido de um ex-conselheiro que, segundo ele, havia sido impedido de transitar
387 dentro do gabinete civil. Mencionou também a situação do ex-secretário e citou
388 o caso de Parintins, onde, segundo ele, havia envolvimento com o “comando
389 vermelho”, algo que havia prejudicado muito a Cultura, tornando-a vulnerável.
390 Ele comparou essa situação a uma “rede de pesca”, dizendo que a cultura estava
391 sendo muito danificada. Ele então pediu que o presidente tivesse mais
392 sensibilidade, já que ele vinha de uma origem humilde, de bolsões de pobreza e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

393 extrema pobreza, reforçou sua ligação com a capoeira e pediu que o presidente
394 fosse mais atento a essa origem, ressaltando a importância de "respirar" com o
395 coração de quem nasceu na capoeira, destacando que isso deveria influenciar
396 sua atuação. Também trouxe à tona a questão da cultura popular e da sociedade
397 civil, que, segundo ele, foi a responsável por projetar o presidente ao cargo que
398 ele ocupa. Ele sugeriu que, quando o presidente assumiu a presidência, ele
399 deveria ter considerado a possibilidade de, no momento em que se levantou para
400 agredir o conselheiro Elson Rocha, já ter proposto o código de ética através da
401 assessoria jurídica. Ainda comentou sobre o episódio em que o presidente se
402 levantou da cadeira com a intenção de agredir o conselheiro, sugerindo que isso
403 teria sido um momento de tensão. Mencionou que havia filmagens e registros de
404 toda a situação e fez um comentário sobre o fato de que não ser advogado do
405 conselheiro Elson Rocha, mas sim um defensor da cultura popular que paga o
406 salário que o presidente recebe. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** pediu para
407 que todos agissem com decoro, sem deboches. Ele enfatizou que a postura
408 adequada era essencial. Em resposta, **o conselheiro André Durand** defendeu
409 que não estava sendo indecoroso e destacou que estava apenas lembrando que
410 o salário do presidente era pago pelos contribuintes. **O conselheiro Vanderley**
411 **Pinheiro** complementou, questionando a postura do presidente e sugerindo que
412 o mesmo não demonstrava a devida sensibilidade e tato com o conselho da
413 sociedade civil. Ele mencionou que a falta de sensibilidade do presidente estava
414 sendo percebida como uma tentativa de impor decisões de forma autoritária. **O**
415 **conselheiro André Durand** retomou, reforçando que sua conduta não
416 representava falta de decoro, mas acusou o presidente de quebra de decoro ao
417 tentar agredir o conselheiro Elson Rocha. Ele também destacou que omitir
418 informações para que o Conec Itinerante chegasse a locais onde as pessoas
419 ainda sofriam os efeitos da COVID-19, especialmente os produtores culturais,
420 era uma grave falha. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** apoiou a fala do
421 conselheiro Durand, repetindo a pergunta retórica sobre quem realmente estava
422 faltando com decoro. Ele reiterou a crítica ao presidente em exercício, acusando-
423 o de não demonstrar sensibilidade e de não ter o devido tato com o conselho da
424 sociedade civil. **O presidente** destacou a necessidade de manter a reunião
425 ordenada para que ela seja produtiva e significativa, enfatizando que o objetivo
426 não é cercear a fala de ninguém. Ele mencionou que, ao entrar em regime de
427 votação, é esperado que os participantes apresentem dúvidas ou pedidos de
428 esclarecimento sobre as propostas. Contudo, como não houve manifestações



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

429 nesse sentido, ele reiterou que o regime de votação serve exclusivamente para
430 a deliberação e aprovação ou rejeição das propostas apresentadas. **O**
431 **secretário Geral** propôs simplificar a votação sobre o adiamento do prazo para
432 15 dias, sugerindo uma votação direta com opções de "sim" ou "não". Ele
433 destacou que a Comissão de Constituição e Justiça, liderada pelo presidente
434 Dudson Carvalho, já possui um calendário definido e que a questão das
435 comissões de ética está prevista no regimento. A Comissão de Ética é ativada e
436 desativada conforme a necessidade de lidar com denúncias, sugerindo que seria
437 mais produtivo criar um grupo de trabalho voltado para o Código de Ética vigente.
438 Esse grupo, então, apresentaria seu trabalho à Comissão de Constituição e
439 Justiça, também chamada de Comissão Jurídica, para que o texto fosse debatido
440 nas reuniões específicas já programadas. Ele mencionou que há uma reunião
441 extensa marcada para o dia 10 (sexta-feira) com a Comissão de Constituição e
442 Justiça para avançar nesse e outros pontos. Sua intervenção buscou esclarecer
443 o fluxo de trabalho e evitar redundâncias. Sugeriu que a votação fosse
444 conduzida, questionando se era o secretário ou o presidente quem deveria iniciar
445 o processo. Após a confirmação de que é o presidente quem coloca as questões
446 em votação, ele pediu que a presidente colocasse o tema em pauta, com os
447 esclarecimentos já apresentados, seria possível prosseguir com a votação de
448 forma direta, optando entre aprovar ou não a proposta. **O presidente** questionou
449 se as propostas em discussão seriam: 1.A proposta de extensão do prazo para
450 15 dias, apresentada por uma colega. 2.A proposta de votar imediatamente,
451 conforme a sugestão do conselheiro Dudson Carvalho. 3. A proposta do
452 secretário geral, que seria não estabelecer as outras duas propostas como
453 opções válidas. **A conselheira Ana Lígia** A conselheira Ana Lígia sugeriu que
454 seja formada uma comissão ou grupo de trabalho específico para avaliar a
455 questão em discussão. Esse grupo teria como função analisar os pontos
456 apresentados, identificar aspectos positivos e negativos, e, com base nisso,
457 formular uma proposta ou contraproposta clara. Essa contraproposta seria
458 posteriormente apresentada ao conselho para que a votação seja feita de forma
459 consciente e fundamentada. **O presidente** apresentou três propostas para a
460 deliberação sobre o Código de Ética: 1. Realizar uma reunião extraordinária no
461 dia 23, concedendo 15 dias para que os membros analisem o Código de Ética e
462 decidam pela aprovação ou rejeição. Caso não seja aprovado, o documento será
463 encaminhado à comissão legislativa para revisão. 2. Realizar a votação imediata
464 para decidir pela aprovação ou rejeição do Código de Ética, sem conceder o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

465 prazo de 15 dias. 3. Criar um grupo de trabalho dedicado à análise do Código de
466 Ética, com o objetivo de avaliar os pontos positivos e negativos e propor uma
467 versão revisada. **O conselheiro Dudson Carvalho** expressou apoio à proposta
468 de criação de uma comissão de trabalho para a elaboração adequada do Código
469 de Ética. Ele afirmou que, caso seja esse o direcionamento, ele se retiraria de
470 sua fala e apoiaria a ideia, pois acredita que um trabalho prévio e bem
471 estruturado facilitaria a aprovação na comissão. Também mencionou que, por
472 não ter participado da legislatura anterior, não se sentiria confortável em fazer
473 parte de discussões sobre questões pendentes daquela gestão. **A conselheira**
474 **Lucimar Marques** declarou que declinava de sua fala e sugeriu que a única
475 proposta a ser considerada fosse a do conselheiro Cacheado. **O presidente**
476 colocou em votação a proposta do conselheiro Pedro Cacheado, que era a
477 criação de um grupo de trabalho para o código de ética. **Como ninguém se**
478 **opôs, a proposta foi aprovada.** **Anne Paiva** iniciou sua fala cumprimentando a
479 todos e informou que o Conselho recebeu algumas solicitações de alteração de
480 projetos LPG. Ela perguntou se os conselheiros presentes nas reuniões
481 anteriores lembravam que quase todos os editais da LPG já haviam sido
482 analisados, exceto os editais de audiovisual de 2023. Esclareceu que, de acordo
483 com o edital, os participantes têm a possibilidade de solicitar modificações em
484 seus projetos e essas alterações são enviadas ao Conselho para avaliação da
485 viabilidade. Ela mencionou que a análise de todos os outros editais já havia sido
486 realizada, mas as alterações solicitadas nos editais de audiovisual ainda
487 precisavam ser analisadas. Para isso, uma compilação de todos os projetos que
488 haviam solicitado alterações no audiovisual até 29 de novembro de 2024 foi
489 realizada e os documentos foram encaminhados aos conselheiros por e-mail.
490 Perguntou se todos haviam recebido e analisado esses e-mails, enfatizando que
491 os documentos foram provavelmente enviados apenas aos conselheiros
492 titulares. Sugeriu que os conselheiros votassem para decidir se as alterações
493 podem ser aprovadas ou não, já que as pessoas envolvidas nesses projetos
494 estão dependendo dessa decisão para continuar ou iniciar seus trabalhos. Ela
495 destacou que alguns projetos precisam ser iniciados ou continuar até o meio de
496 2025, e outros até o meio de 2026, sendo essencial que essa decisão seja
497 tomada para que os prazos de execução sejam cumpridos. **O secretário geral**
498 cumprimentou a todos, desejando um feliz ano novo a todos na sala. Ele
499 mencionou que estava chegando agora à reunião e perguntou a Anne se ela
500 havia enviado o material prévio para os conselheiros, referindo-se aos



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

501 documentos sobre as solicitações de alteração dos projetos da LPG. **Anne Paiva**
502 confirmou que o material foi encaminhado aos conselheiros, explicando que o
503 envio foi feito por e-mail. Ela também mencionou que enviou um print do
504 encaminhamento para os conselheiros, para confirmar o que ela havia enviado.
505 **O secretário geral** comentou que agora todo mundo trabalha com provas, com
506 prints e tudo. Questionou se o material seria projetado na tela, o que seria feito
507 tecnicamente, pedindo esclarecimentos sobre como o processo seria conduzido
508 ou apresentado durante a reunião. **Anne Paiva** explicou que, levando em conta
509 a análise prévia realizada pelos conselheiros, ela apresentaria o nome dos
510 proponentes e, a partir disso, os conselheiros votariam sobre a aprovação das
511 alterações, respondendo sim ou não. Ela ressaltou que esse material já havia
512 sido enviado aos conselheiros por e-mail. **O secretário geral** questionou quem
513 havia lido o material enviado e destacou que, para habilitar a votação, era
514 necessário que os conselheiros tivessem analisado o conteúdo. Ele então
515 mencionou que, como não leu o material, ele mesmo se absteria de votar.
516 Sugeriu que, nas próximas reuniões, fosse adotada uma metodologia diferente
517 para análise dos materiais. Ele propôs que a análise fosse feita de forma
518 conjunta, com todos os conselheiros reunidos ao mesmo tempo, para discutir os
519 projetos rapidamente. Destacou que essa análise poderia ser feita de forma
520 virtual e sem a necessidade de um quórum qualificado, bastando um número
521 mínimo de participantes para dar continuidade ao processo. Ele explicou que
522 essa abordagem seria mais eficaz, já que, caso contrário, a votação poderia
523 ocorrer apenas com base nos nomes das pessoas, sem uma análise técnica real.
524 Explicou que as pessoas que estão aguardando a análise das alterações nos
525 projetos não conseguem finalizar seus trabalhos devido à dependência dessa
526 aprovação. Ele ressaltou que há muitas pessoas pressionando por uma decisão
527 e, por isso, sugeriu que a questão fosse colocada em pauta para ser resolvida
528 naquele momento, da forma como foi sugerido anteriormente. **Anne Paiva**
529 questionou a necessidade de um quórum qualificado para analisar as alterações
530 e mencionou que, na última vez em que analisaram outros editais, o processo
531 demorou horas para ser concluído, apesar de já ter sido encaminhado
532 previamente. Ela explicou que, para os 18 pedidos de alteração no edital de
533 Audiovisual, todos envolvem mudanças nas planilhas, uma demanda que requer
534 um certo tempo para análise. Por isso, sugeriu que os conselheiros analisassem
535 as alterações de forma privada para, então, votar sobre elas. **O secretário geral**
536 ressaltou que, como conselheiros, eles são parte do processo, mas não estão



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

537 sendo remunerados por essas horas dedicadas. Ele destacou a falta de um
538 planejamento claro sobre quando essas análises precisam ocorrer ao longo do
539 ano e a dificuldade de reservar tempo para isso. Ele também lembrou que o
540 maior interesse é da Secretaria, para que o processo seja finalizado
541 corretamente. Além disso, pediu aos colegas que, caso não tenham feito a
542 análise dos materiais, se abstenham de votar para que não ocorram decisões
543 baseadas em informações não analisadas. Se colocou no lugar de quem não
544 votaria, afirmando que se absteria de todos os votos dos quais não tinha
545 participado da análise, e concluiu agradecendo pelo tempo de todos. **Anne Paiva**
546 explicou que a situação envolve alterações nas planilhas dos projetos, que foram
547 apresentadas pelos proponentes no edital e já estavam aprovadas com os itens
548 descritos. Ela ressaltou que os proponentes justificam as mudanças ao solicitá-
549 las e que a análise envolve o conteúdo das planilhas, o que não pode ser
550 facilmente explicado de forma oral. Portanto, as alterações foram encaminhadas
551 previamente para análise. Ela sugeriu que, para os próximos editais, fosse
552 refletido se as alterações continuariam a ser feitas pelo conselho ou não,
553 mencionando que, ao modificar um edital, existe o risco de criar precedentes que
554 permitiriam novas modificações. Também lembrou que, em edições anteriores
555 de editais, houve situações em que mudanças foram necessárias devido a
556 alterações de custos, como o caso de reter ou não o imposto de renda, e como
557 isso impactou os projetos. Além disso, ela mencionou exemplos específicos,
558 como o projeto de manutenção de um imóvel que sofreu danos e exigiu
559 alterações no valor, e destacou que, no caso dos editais de Audiovisual, a
560 maioria das alterações está relacionada à planilha e seus itens. A
561 responsabilidade de analisar se os itens e valores são viáveis e relevantes para
562 os projetos recai sobre os conselheiros, sendo estes os responsáveis por votar
563 nas alterações propostas. **O secretário geral** disse que a solução é muito ruim.
564 **A conselheira Ana Lúgia** destacou que, como membros do Conselho de
565 Audiovisual, é importante discutir a falta de técnicos especializados na área de
566 Audiovisual, tanto no Fórum Audiovisual quanto na própria Secretaria. Ela
567 mencionou que um dos problemas recorrentes apontados pelo Fórum é a
568 escassez de técnicos para analisar planilhas de projetos audiovisuais. Comparou
569 essa dificuldade com a situação de votar em orçamentos de áreas nas quais os
570 conselheiros podem não ter conhecimento técnico suficiente, como no caso de
571 literatura, por exemplo. Ela sugeriu que, enquanto a Secretaria não tiver
572 profissionais especializados, especialmente aqueles formados em áreas como



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

573 Comunicação e Cinema, será complicado fazer análises precisas, não apenas
574 para o Audiovisual, mas para todos os segmentos culturais. Expressou a
575 dificuldade de votar em questões que ela não tem conhecimento técnico
576 suficiente, como orçamentos ou questões específicas de outras áreas culturais,
577 como Dança ou desenvolvimento de roteiros. Ela destacou que, assim como ela
578 pode votar sobre algo que não entende, outros membros também podem
579 enfrentar a mesma dificuldade. A conselheira mencionou que o Fórum
580 Audiovisual tem solicitado mais técnicos especializados para ajudar,
581 especialmente no desenvolvimento de projetos e análise de planilhas. Ela
582 também abordou o problema de ser cobrada por aspectos técnicos de projetos,
583 como se ela estivesse na fase de produção, quando, na verdade, ainda está no
584 desenvolvimento, e isso pode gerar cobranças e expectativas equivocadas. Ana
585 Lígia sugeriu que as análises e votações precisem ser mais segmentadas, de
586 modo que conselheiros com mais conhecimento sobre um tema específico
587 possam assumir as decisões relacionadas àquele segmento, para garantir mais
588 eficiência e precisão nas deliberações. **O secretário geral** pediu para que a
589 discussão retornasse ao foco da pauta, destacando que a sugestão de Ana Lígia
590 estava fora do contexto e não se relacionava com a avaliação dos projetos. Ele
591 discordou da sugestão de Anne sobre mudanças nos editais, considerando-a
592 uma proposta inadequada. Em vez disso, sugeriu que o Conselho estabelecesse
593 um planejamento para a análise de editais, como, por exemplo, definindo um
594 calendário regular para essas análises (a cada 15 dias ou uma vez por semana).
595 Também enfatizou que o problema da avaliação já estava resolvido, e a atual
596 discussão se concentrava nas alterações solicitadas nos projetos. Ele propôs
597 que a plenária fosse questionada sobre quantas pessoas analisaram os
598 documentos e estavam aptas a votar, e que, em seguida, a votação ocorresse
599 com base no nome do proponente e do projeto. **Anne Paiva** destacou que, como
600 mencionado pelo conselheiro André mais cedo, as atas das reuniões são
601 divulgadas e, portanto, é importante que a Secretaria também forneça uma
602 resposta sobre o processo de credenciamento dos avaliadores. Ela explicou que
603 atualmente os avaliadores fazem parte de um credenciamento realizado pelos
604 próprios conselheiros estaduais de cultura, por meio de uma votação. Esse
605 credenciamento serve para garantir que os avaliadores atendam aos critérios
606 básicos necessários para poderem analisar os projetos. **O secretário geral**
607 comentou que, este ano, não foi realizada uma análise detalhada como deveria,
608 mencionando que apenas foi verificado se os avaliadores estavam habilitados



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

609 ou não. Ele destacou que o processo foi limitado a uma resposta simples, de
610 "sim" ou "não". **Luciane Ituassú** interveio para corrigir essa percepção,
611 explicando que ela foi a responsável por acompanhar essa demanda com os
612 conselheiros. Ela afirmou que a fala de que não houve análise é equivocada,
613 pois foi ela quem elaborou um questionário para facilitar a análise dos
614 documentos. Explicou que os conselheiros só poderiam preencher o
615 questionário após avaliar se os documentos atendiam aos critérios, como a
616 experiência mínima de 5 anos na área ou a aptidão do proponente para as áreas
617 de Audiovisual, Circo e Teatro. Ela reforçou que, para responder ao questionário,
618 era necessário que os conselheiros realizassem essa análise, portanto, não é
619 correto afirmar que não houve análise. **Luciane Ituassú** perguntou: "Como é que
620 você vai responder o questionário onde eu perguntava?" **O secretário geral**
621 comentou que não entendia o motivo de a situação ter afetado Luciane Ituassú
622 daquela maneira, já que achava que não estava sendo esse o foco da conversa.
623 Ele explicou que, durante o processo de avaliação, foi feita uma avaliação de
624 habilitação, mas não foi possível avaliar todo o histórico de cada pessoa, uma
625 vez que não havia material suficiente para isso, como ocorre com os projetos.
626 Por fim, ele afirmou que o trabalho realizado foi bom, mas questionou a
627 justificativa apresentada. **Luciane Ituassú** explicou que o material é o portfólio
628 é considerado então, não tem por que mencionar que não foi analisado. **O**
629 **secretário geral** disse que deu um alerta só. **Luciane Ituassú** destacou que o
630 bom trabalho envolve a análise do portfólio do credenciamento. **O secretário**
631 **geral** disse que foi Luciane Ituassú quem se doeu, mas que, para o Conselho,
632 estava bem claro o que aconteceu. Ele também afirmou que o sistema vai
633 precisar mudar para que isso não aconteça novamente. **Anne Paiva** afirmou
634 que, ao colocar todos os pontos discutidos, entendeu as questões levantadas
635 pela conselheira Lidia. Ela destacou que o edital de audiovisual, especialmente
636 no desenvolvimento de roteiro, foi um dos tópicos mais debatidos. Lembrou que,
637 em uma reunião com os conselheiros Elson e Pedro, foi esclarecido um dos
638 pontos sobre a avaliação dos roteiristas, especialmente em relação a um
639 avaliador com deficiência, o que foi um ponto importante. O avaliador era uma
640 roteirista com experiência no audiovisual e foi analisada pelos conselheiros
641 durante o credenciamento. Anne também mencionou a exigência de destinar um
642 valor mínimo do orçamento para ações voltadas a pessoas com deficiência
643 (PCDs), o que foi um ponto levantado nas discussões. Ela lembrou ainda que
644 nas futuras edições dos editais da PNAB não será mais necessário atingir o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

645 mínimo de 10% do orçamento para PCDs, mas que as ações para pessoas com
646 deficiência continuam sendo obrigatórias, com recursos específicos destinados
647 a elas. **O secretário geral** completou a fala de Anne Paiva, destacando que
648 todos os projetos aprovados apresentaram um plano técnico com dias de
649 acessibilidade, o que é de extrema importância. Ele explicou que isso era um
650 cumprimento da lei, e não havia como escapar disso. A legislação já exigia essa
651 abordagem, e era algo que deveria ser seguido. Ele também mencionou que, na
652 época, não havia portaria nem respaldo jurídico para fazer algo diferente. No
653 entanto, afirmou que, para os novos editais de desenvolvimento, as
654 peculiaridades relacionadas a esses pontos serão observadas com mais
655 atenção. **Anne Paiva** mencionou que, em relação às solicitações de alteração,
656 a conselheira havia apontado algo muito verdadeiro: ninguém melhor do que os
657 próprios conselheiros para entender as questões envolvidas. Ela também
658 explicou que, caso um conselheiro suplente não ocupe a cadeira titular de
659 Audiovisual, a questão será encaminhada para o pleno, para que todos possam
660 votar. Anne sugeriu que talvez fosse interessante encaminhar a questão para os
661 dois conselheiros responsáveis, para que realizassem uma análise prévia e
662 apresentassem um parecer, para que o pleno vote. **O secretário geral** sugeriu
663 que, em vez de uma reunião plenária, cada conselheiro poderia registrar seu
664 voto em um formulário do Google e enviá-lo para os responsáveis, agilizando o
665 processo. Ele afirmou que dessa forma não seria necessário reunir a plenária.
666 **Anne Paiva** concordou com a ideia e pediu para que o secretário geral
667 reformulasse a sugestão dele. **O secretário geral** sugeriu que fosse dado um
668 prazo para análise, e que as pessoas responsáveis preenchessem um formulário
669 do Google para registrar suas opiniões. Ele se ofereceu para ajudar a escrever
670 o formulário e acrescentar os nomes das pessoas aprovadas, destacando que a
671 votação não envolveria aprovação ou reprovação, mas seria apenas um
672 procedimento. **O conselheiro Elson Rocha** sugeriu que fosse incluído o parecer
673 jurídico, então destacou que há questões que não seriam resolvidas apenas com
674 o direito ao voto, pois a legislação pode não permitir, e que seria necessário o
675 parecer jurídico antes de tomar qualquer decisão. **Anne Paiva** pediu desculpas
676 por não ter mencionado anteriormente que a análise já realizada inclui um
677 relatório jurídico. Ela explicou que o relatório já indicava se a solicitação de
678 alteração era legalmente possível ou não, de acordo com o edital. Portanto,
679 apenas as alterações que estavam dentro dos parâmetros legais, conforme o
680 edital, seriam encaminhadas para votação. **O conselheiro Dudson Carvalho**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

681 explicou que, como não é da área jurídica, ele não vê como pode afirmar se algo
682 é viável ou não. Ele afirmou que reteria seu voto até que houvesse uma análise
683 jurídica. Se a análise jurídica confirmar que a solicitação é legalmente possível
684 e que uma decisão precisa ser tomada naquele momento, ele votaria conforme
685 o parecer jurídico. **Anne Paiva** esclareceu que o jurídico se limita a determinar
686 se a solicitação de alteração é legal. A decisão sobre a viabilidade da solicitação,
687 ou se ela será aceita ou não, é responsabilidade dos conselheiros. O jurídico
688 apenas afirma se é legal fazer a solicitação, mas a análise sobre o deferimento
689 das mesmas deve ser feita pelos conselheiros. **O secretário geral** pontuou que,
690 em sua visão, as solicitações seriam indeferidas, reforçando a perspectiva
691 apresentada pelo conselheiro Dudson Carvalho. Em resposta, **Anne Paiva**
692 afirmou que o edital já contém as informações necessárias. **O conselheiro**
693 **André Durand** destacou, em sua fala, a importância das contribuições
694 realizadas ao longo da reunião, incluindo as orientações das doutoras Anne
695 Paiva e Luciane Ituassú, que, segundo ele, trazem com grande maestria e
696 talento. Ele também manifestou apoio à sugestão do secretário Pedro Cacheado
697 sobre a utilização da plataforma Google para facilitar os processos de votação.
698 Ainda demonstrou preocupação com os pontos levantados pelo conselheiro
699 Elson Rocha e pela suplente presente, mencionando que é sempre positivo
700 trazer o aspecto jurídico para discussão. Ele utilizou uma metáfora para ilustrar
701 a relevância jurídica na análise das questões, comparando-a ao som marcante
702 das baterias de escolas de samba, destacando a necessidade de ouvir o "tilintar
703 da PGE" (Procuradoria Geral do Estado) em discussões desse porte. Também
704 mencionou a situação dos prêmios para mestres e mestras, lamentando que
705 muitos não tiveram a oportunidade de receber suas homenagens antes de
706 falecer. Ele sugeriu ao presidente Kaká Bonates a realização de um estudo para
707 complementar os valores pagos aos conselheiros pela análise de documentos e
708 projetos. André enfatizou que o trabalho demanda grande esforço intelectual,
709 envolvendo o estudo de planilhas e documentação, e que o valor atualmente
710 pago, de R\$ 450,00, é insuficiente. Ele comparou com os valores pagos a recém-
711 formados em estágios, que geralmente são superiores. Solicitou à doutora Anne
712 a apresentação de uma metodologia mais clara e objetiva, que sintetize as
713 informações jurídicas, permitindo uma avaliação direta, como um "sim" ou "não".
714 Ele elogiou a fala dela por trazer maior clareza ao processo. Celebrou o segundo
715 ano de gestão do presidente Lula e da ministra Margareth Menezes no Ministério
716 da Cultura, destacando que até o momento houve apenas aplausos pela gestão



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

717 cultural. Ele reforçou que cultura é o que estava sendo feito naquela reunião: a
718 discussão de políticas públicas para beneficiar as pessoas na ponta do processo.
719 Por fim, André expressou sua preocupação com a responsabilidade dos
720 conselheiros, mencionando casos em que foram injustamente responsabilizados
721 por ataques ou erros de proponentes. Ele comentou ainda sobre avaliadores que
722 indeferiram projetos sem compreender completamente seu propósito, como um
723 caso específico de um projeto que buscava ensinar elaboração de roteiros, mas
724 foi indeferido sob a justificativa equivocada de que já apresentava um roteiro. **O**
725 **conselheiro Vanderley Pinheiro** manifestou sua oposição a uma fala da
726 Assessoria de Políticas Culturais (ASPC), onde, segundo ele, foi mencionado o
727 desejo de reduzir a autonomia do conselho. Ele enfatizou que essa não é a
728 maneira adequada de se fazer política pública dentro do conselho e destacou
729 que a ASPC não representa o conselho, mas sim os conselheiros eleitos. Ele
730 frisou que os membros do conselho estão ali para contribuir e somar esforços.
731 Mencionou sua própria atuação, ressaltando que esteve em várias localidades
732 no interior do estado, trabalhando para apoiar e ajudar na implementação das
733 políticas culturais. Reiterou que a tentativa de limitar a autonomia do conselho
734 não é uma abordagem válida e que sua intervenção foi no intuito de contribuir
735 para o debate. **O secretário geral** perguntou se sua sugestão havia sido
736 compreendida. Ele explicou que, além da análise técnica, era importante garantir
737 que as pessoas envolvidas no processo não ficassem inadimplentes. Pedro
738 enfatizou a necessidade de considerar cuidadosamente o pedido de Anne,
739 destacando que é responsabilidade do conselho analisar se os fazedores de
740 cultura são merecedores dos prêmios recebidos, para evitar que sejam
741 colocados em situações de marginalização. Ele admitiu que não conseguiu
742 realizar essa análise a tempo, pediu desculpas ao conselho por isso e justificou
743 que havia diversas tarefas em andamento, o que o impediu de tratar a questão
744 desde o dia 3 de dezembro, data mencionada por Anne. Pedro também citou o
745 recesso como um fator adicional que contribuiu para o atraso. Em seguida,
746 propôs como encaminhamento o desenvolvimento de um formulário no Google
747 Forms de hoje para amanhã, concedendo até o final de semana para que os
748 conselheiros leiam, analisem e votem. Ele concluiu reafirmando sua sugestão de
749 encaminhamento e agradecendo pela atenção. **Anne Paiva** destacou que o
750 importante é que os conselheiros votem se concordam com a proposta. Ela
751 afirmou que não seria possível preparar um formulário no Google de hoje para
752 amanhã, mas se comprometeu a encaminhá-lo até sexta-feira, permitindo que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

753 os conselheiros votem até a quarta-feira seguinte. **O secretário geral**, em
754 resposta, questionou qual seria a dificuldade em elaborar o formulário. **Anne**
755 **Paiva** justificou que a dificuldade se devia às demais demandas do ASPC que
756 estão em andamento no momento. **O secretário geral** sugeriu que,
757 considerando que a lista com os nomes dos proponentes já está pronta, o
758 formulário poderia ser rapidamente elaborado copiando e colando essas
759 informações. Ele pediu que Anne Paiva sugerisse um prazo e um esquema de
760 funcionamento para que o processo avançasse sem mais delongas e a reunião
761 pudesse seguir para a próxima pauta. **Anne Paiva** concordou e ressaltou que,
762 pela questão da legalidade, seria mais adequado validar a votação em uma
763 próxima reunião do conselho. Ela explicou que uma votação via Google Forms,
764 embora prática, poderia ser juridicamente frágil considerando as competências
765 do conselho. Propôs que os conselheiros votassem no Google Forms e,
766 posteriormente, validassem a votação em uma reunião oficial, onde poderiam
767 revisar e concordar com os resultados apresentados. **O secretário geral**
768 questionou novamente a dificuldade de realizar o processo remoto, enfatizando
769 que até deputados conseguem votar à distância e que seria possível desenvolver
770 essa solução de forma simples e rápida. **A conselheira Ana Lígia** sugeriu que
771 o processo poderia começar com uma leitura prévia das informações
772 relacionadas ao audiovisual, como havia sido proposto anteriormente. Ela
773 indicou que, após essa leitura, os envolvidos poderiam proceder à votação.
774 Segundo ela, seria interessante focar primeiramente no planejamento específico
775 para o audiovisual. **O secretário geral** expressou preocupação com a
776 responsabilidade sobre as decisões do Conselho, enfatizando que as escolhas
777 não deveriam recair apenas sobre um grupo pequeno. Ele destacou a
778 necessidade de que todos os envolvidos leiam as análises antes de votar, e
779 questionou quantas pessoas já haviam feito isso no momento. Ao ser informado
780 por Ana Lígia que apenas Jordânia havia lido as análises, Pedro reiterou que
781 apenas quem leu estaria habilitado a votar. Ele propôs uma solução
782 intermediária: realizar o processo à distância para dar tempo às pessoas de
783 lerem as análises e votarem de forma informada. Ressaltou que o método atual,
784 onde as solicitações são apresentadas e votadas uma a uma durante a reunião,
785 consome muito tempo, possivelmente duas horas ou mais. Seu objetivo era
786 encontrar um equilíbrio entre atender às necessidades da Anne e otimizar o
787 processo para o Conselho. **Luciane Ituassú** sugeriu que, na fala de Ana Lígia
788 que é da cadeira também de audiovisual, fosse colocada uma proposta para ser



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

789 verificada quanto à sua validade. Da mesma forma que o conselheiro Vanderley
790 pediu que não fosse tolhida a autonomia do conselho, o conselheiro Dudson
791 também informou que não se via com a expertise necessária para votar projetos
792 de Audiovisual. Então, na fala de Ana Lígia, sobre fazer uma análise, ela sugeriu
793 que, como cadeiras de Audiovisual, poderia até funcionar assim, não apenas
794 para audiovisual, mas para todos os segmentos. Talvez fosse uma nova
795 metodologia. A proposta seria que a alteração do pedido fosse analisada pelo
796 jurídico, que informaria se o pedido é legal ou não. Então, a pessoa da cadeira,
797 seja o titular ou titular e suplente, analisariam os pedidos, pois são as pessoas
798 com expertise no segmento, fazendo um trabalho semelhante ao de um relator.
799 E quando isso fosse levado ao pleno, seria interessante que todos pudessem
800 fazer a leitura do material antes para que, ao chegar ao pleno, fosse realizada
801 uma votação no estilo tribunal de justiça. O relator apresentaria o seu voto e o
802 pleno escolheria se acompanharia o voto ou se divergiria dele. **O secretário**
803 **geral** disse que ficou um pouco desestabilizado e queria repudiar a fala de
804 Luciane Ituassú, em que ela disse que ele estaria tolhendo a fala de alguém. Ele
805 afirmou que não era dessa forma. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** disse
806 que a ASPC está podando autonomia desse conselho. **Luciane Ituassú**
807 afirmou que não havia dito que Pedro Cacheado estava tolhendo alguém. Ela
808 explicou que apenas mencionou a fala do conselheiro Vanderley, que disse que
809 a Assessoria estava tolhendo a autonomia do conselho, e também a declaração
810 do conselheiro Dudson sobre não ter expertise na área. **O secretário geral**, por
811 sua vez, respondeu que não gostou da indicação de Luciane e pediu respeito,
812 dizendo que ela havia afirmado que ele estava tolhendo a fala de alguém.
813 **Luciane Ituassú** tentou esclarecer que não foi isso que ela disse, reiterando que
814 fez referência apenas às falas dos conselheiros Vanderley Pinheiro e Dudson
815 Carvalho. **O secretário geral** então argumentou que Luciane Ituassú, ao
816 mencionar a questão, acabou dizendo que ele estava tolhendo a fala da
817 conselheira, demonstrando seu desconforto e pedindo respeito nas interações.
818 **O presidente** ressaltou que a os conselheiros não estavam avançando nas
819 discussões e que havia muitas pautas a serem tratadas. Ele destacou a
820 necessidade de serem mais proativos para que as atividades do conselho
821 pudessem progredir. **Luciane Ituassú** explicou que sua intervenção foi apenas
822 uma sugestão, reafirmando sua intenção de contribuir com o debate. **O**
823 **secretário geral**, por sua vez, afirmou que o momento era importante para
824 esclarecer os pontos em questão, destacando a relevância de colocar os "pingos



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

825 nos "i's" para garantir clareza e organização na discussão. **O presidente** solicitou
826 que fosse estabelecida a análise das propostas que estavam para votação,
827 questionando de forma objetiva se alguma proposta seria colocada para
828 apreciação. **O conselheiro Dudson Carvalho** dirigiu-se a Pedro Cacheado,
829 ressaltando seu respeito e pedindo esclarecimentos sobre a possibilidade de
830 realizar a votação ainda no dia. Ele afirmou sua confiança nas análises
831 conduzidas pela doutora, mencionando que, em outras cadeiras, todas as
832 análises foram realizadas de forma adequada. Explicou que, em sua visão, as
833 alterações geralmente envolvem ajustes em planilhas de investimento, como a
834 transferência de recursos de um setor para outro, e que a doutora já havia
835 analisado a legalidade dessas mudanças. Disse que estava pronto para votar
836 com base no que foi apresentado pela doutora, destacando a importância de
837 evitar atrasos de 30 dias para os artistas. **O secretário geral** perguntou qual é a
838 proposta. **O conselheiro Dudson Carvalho** respondeu explicando que estava
839 direcionando sua fala a Pedro porque o assunto estava relacionado à área dele.
840 Ele mencionou que, na sua visão, esperar mais 30 dias representaria um prejuízo
841 significativo. Destacou que, em outras cadeiras onde as votações foram
842 realizadas, os resultados foram positivos. No entanto, parte da fala foi inaudível.
843 **O secretário geral**, ainda sem clareza, reiterou que não havia entendido a
844 proposta e pediu que alguém a repetisse. **O conselheiro Dudson Carvalho**
845 declarou que, em sua visão, o problema está relacionado ao quórum necessário
846 para realizar a votação. Ele ressaltou que as abstenções contam como votos
847 contrários, o que poderia impedir o avanço. Por isso, decidiu retirar a ideia de se
848 abster e afirmou que votaria com base na análise apresentada pela doutora
849 Anne. Dessa forma, a pauta poderia avançar sem mais delongas. **Anne Paiva**
850 explicou que a análise realizada não tratou do mérito do projeto, mas sim da
851 legalidade do pedido de alteração em conformidade com o edital. Ela destacou
852 que, ao final da análise, foi mencionado que a questão deveria ser submetida à
853 apreciação dos conselheiros estaduais de cultura. Esclareceu que a análise
854 verificou apenas se o edital permitia a solicitação, e concluiu que era possível.
855 Contudo, afirmou que a decisão sobre os itens solicitados precisa ser feita pelos
856 conselheiros, uma vez que o projeto em si ainda não foi analisado por eles. **O**
857 **secretário geral** afirmou que a análise dos projetos é realizada pelos
858 avaliadores. **Anne Paiva** corrigiu, esclarecendo que estava se referindo ao
859 pedido de alteração do projeto, que deveria ser analisado pelos conselheiros,
860 conforme o que está previsto no edital. **O secretário geral** então questionou se



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

861 os conselheiros tinham acesso ao projeto para entender as alterações propostas.
862 Reiterou sua dúvida, perguntando como que vai saber o que vai mudar. **Anne**
863 **Paiva** explicou que as informações estavam no relatório encaminhado aos
864 conselheiros. O secretário geral, no entanto, disse que não estava conseguindo
865 encontrar o e-mail com o relatório. **Anne Paiva** então se dispôs a reenviar os
866 documentos, lembrando que eram informações privadas das pessoas
867 envolvidas. **O conselheiro Bjarne Furtado** sugeriu uma abordagem para
868 pacificar a tensão, propondo que a análise do pleito dos requerentes fosse
869 encaminhada para a cadeira de Audiovisual, que emitiria um parecer técnico.
870 Esse parecer, por sua vez, seria submetido à votação do pleno, garantindo que
871 o processo fosse conduzido com base em conhecimentos técnicos. **O secretário**
872 **geral** acatou a sugestão do conselheiro Bjarne Furtado, mas mencionou que ela
873 era semelhante à proposta já feita por Ana Lígia, Luciane e Anne. **O conselheiro**
874 **André Durand** fez uma sugestão rápida, perguntando se os dois projetos, que
875 aparentemente eram 18, poderiam ser avaliados pelo secretário geral e sua
876 suplente, que ocupam a cadeira de Audiovisual. Ele sugeriu que, após a
877 avaliação deles, o restante do colegiado validasse os projetos com base no
878 parecer deles. Ele questionou se isso seria possível. **O secretário-geral**
879 comentou que a situação está se encaminhando para que mais trabalho seja
880 atribuído a ele e a Ana Lígia. Ele mencionou que é importante verificar com Ana
881 Lígia se ela concorda com isso, pois ela precisa definir se tem tempo para
882 assumir essa tarefa. **A conselheira Ana Lígia** perguntou qual seria o prazo.
883 **Anne Paiva** explicou que os recursos estão disponíveis nas contas dos projetos,
884 mas os responsáveis precisam da autorização para realizar alterações no
885 destino do dinheiro. Ela mencionou que a maioria dos editais de projetos
886 audiovisuais tem prazos até julho deste ano ou até o mesmo mês do ano
887 seguinte. Porém, os proponentes desejam gastar os recursos antes disso e
888 necessitam da aprovação. Ela sugeriu que, se possível, a análise fosse feita até
889 o final de janeiro, e que uma votação fosse realizada também até o final de
890 janeiro, para que os proponentes tivessem tempo suficiente para concluir a
891 execução do projeto. **A conselheira Ana Lígia** informou que consegue analisar
892 os projetos até o final de janeiro, nos próximos 10 dias, mas que está em fase
893 de finalização da edição do seu filme e, por isso, não pode antes disso. Após
894 esse período, ela poderá se dedicar à análise. **O secretário geral** sugeriu que
895 Anne marque uma reunião mensal para análise desses recursos. Ele propôs que,
896 para cada área específica, os projetos sejam encaminhados para as cadeiras



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

897 responsáveis, como a cadeira do Carnaval, matriz ibérica e cultura popular. Os
898 projetos que não se encaixam em uma cadeira específica seriam analisados
899 voluntariamente por outros membros, como os representantes das causas
900 LGBTs, indígena, negra, entre outras. Além disso, ele sugeriu criar uma
901 padronização para esse processo de análise. **A conselheira Ana Lígia**
902 confirmou que conseguiria analisar os projetos até o final do mês, mas não até
903 a semana seguinte. **O secretário geral** brincou dizendo que não era ele quem
904 definia o prazo, mas Anne, e sugeriu que, se ela estivesse de acordo, poderia
905 ser até o final do mês. **Anne Paiva** então sugeriu que o prazo fosse para a
906 primeira semana de fevereiro. **O presidente** sugeriu que a proposta de Anne
907 fosse explicada, afirmando que não havia outra proposta até aquele momento,
908 com o restante sendo apenas detalhes da proposta inicial. **O secretário geral**
909 comentou que estavam criando um "frankenstein de propostas". **Anne Paiva**
910 esclareceu que a proposta era encaminhar os documentos para Pedro
911 Cacheado e Ana Lígia, para que eles elaborassem um relatório sobre os pedidos
912 de alteração. Ela sugeriu que o prazo fosse até 28 de janeiro que é dia seria útil.
913 Sugeriu que, com 20 dias a partir de hoje, o secretário geral e Ana Lígia poderiam
914 elaborar o relatório sobre os pedidos de alteração, e que uma nova reunião
915 extraordinária seria marcada para a votação dessa análise. **O presidente** pediu
916 para que a proposta de Anne fosse colocada em votação, pedindo que quem
917 concordasse permanecesse como estava e quem fosse contra levantasse a
918 mão. **A proposta foi aprovada**, e ele então sugeriu passar para o próximo ponto
919 de pauta, que era 3) Informação sobre a "Paulo Gustavo". **Anne Paiva** explicou
920 que os pagamentos da Lei Paulo Gustavo foram finalizados até 31 de dezembro.
921 A fase atual envolve o departamento administrativo e financeiro devolvendo os
922 recursos restantes à União. Assim que os valores a serem devolvidos forem
923 compilados, ela informará aos conselheiros. Anne também destacou que, após
924 essa fase, será a vez da prestação de contas da Lei Paulo Gustavo, que deve
925 ser realizada até julho deste ano, considerando que se completam dois anos
926 desde o recebimento do recurso. Ela mencionou que o cadastro reserva de
927 Audiovisual e os mestres habilitados já foram chamados, com os documentos
928 em ordem, e que todos já receberam os recursos e estão executando os projetos.
929 **O secretário geral** comentou que sobraram apenas R\$ 80.000,00, referindo-se
930 à quantidade de recurso disponível. **O presidente**, passou para a proposta 4)
931 Data para nova escuta dos 4 editais a serem lançados ainda (Espaços, Memória
932 e Pesquisa, Pontos e Pontões). Ele pediu sugestões de data para esse processo



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

933 de escuta. **Anne Paiva** explicou que, como parte do processo de lançamento
934 dos editais, uma consulta pública foi realizada, uma minuta foi apresentada e,
935 após receber respostas, foi necessário realizar uma nova consulta pública e uma
936 reunião com a classe. Ela pediu que os conselheiros definissem uma data para
937 dar continuidade a esse processo que está na fase de escutas dos editais e,
938 caso seja necessário, novas minutas poderão ser abertas para análise, o que
939 pode levar a uma nova consulta pública. **O secretário geral** então questionou
940 se, para esses editais, seria necessário seguir o mesmo procedimento. **Anne**
941 **Paiva** confirmou que esse foi o procedimento adotado para os quatro editais
942 anteriores. **A conselheira Lydia Lucia** explicou que, como parte da Comissão
943 Nacional dos Pontos de Cultura, ela compartilhou informações sobre a
944 programação e o regimento interno que será seguido. Ela informou que, em
945 outubro, será realizada uma orientação para os estados, incluindo o Espírito
946 Santo, que deve ocorrer em uma cidade ainda não lembrada por ela, mas que
947 envolverá a realização de fóruns municipais e estaduais. Durante esses fóruns,
948 serão indicados os delegados que representarão o estado na TEIA nacional.
949 Lydia ressaltou que a data-base para isso é de pelo menos 60 dias antes da
950 TEIA, uma conferência que abordará a cultura viva dentro das comunidades e
951 dos pontos de cultura. **O secretário geral** sugeriu que o informe da conselheira
952 Lydia Lucia sobre a TEIA fosse tratado no final, durante a sessão de assuntos
953 gerais, e que ela enviasse um e-mail para o conselho com a organização das
954 informações. A conselheira Lydia Lucia explicou que as datas das escutas
955 estavam sendo definidas, e que até 60 dias antes da TEIA, o estado do
956 Amazonas precisava indicar os delegados. **O secretário geral**, então, reiterou
957 que a conselheira Lydia já havia explicado isso anteriormente e sugeriu que
958 formalizasse a informação por e-mail para o conselho para organização. **Lydia**
959 **Lucia** tentou novamente dar detalhes sobre o edital, mas Pedro pediu para que
960 voltassem ao tema, argumentando que a questão da TEIA não se relacionava
961 diretamente com a discussão em andamento sobre as escutas. Ele pediu, então,
962 que fosse definida uma data para as escutas, questionando Anne sobre a
963 necessidade de realizá-las ainda naquele mês ou se seria mais apropriado no
964 mês seguinte. Expressou frustração com a falta de progresso e dificuldade de
965 diálogo, e insistiu na organização da reunião para avançar com a pauta. **O**
966 **presidente** sugeriu que, se possível, as escutas fossem realizadas ainda
967 naquele mês, pois a SEC estaria sobrecarregada durante o Carnaval em
968 fevereiro, o que poderia comprometer a agilidade para realizar a tarefa. **O**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

969 **conselheiro Dudson Carvalho** pediu a atenção das conselheiras para que
970 fosse marcada a escuta o mais rápido possível. Ele explicou que a escuta seria
971 direcionada aos setores que iriam participar dos editais de ponto e não envolveria
972 diretamente os conselheiros. Destacou que quem pudesse estar presente seria
973 ótimo, mas que, caso contrário, a SEC ficaria responsável. Sugeriu uma data
974 para a escuta até o dia 15 daquele mês, para que houvesse tempo suficiente
975 para lançar o edital, lembrando que o lançamento já havia sido adiado para
976 aquele ano. **O presidente** apresentou as duas propostas para a data da escuta:
977 a proposta do conselheiro Dudson Carvalho, para o dia 15 de janeiro, e a
978 proposta do conselheiro Pedro Cacheado, para o dia 29 de janeiro. Após a
979 votação, **a proposta do dia 29 de janeiro foi escolhida por maioria. Anne**
980 **Paiva** explicou que a situação da nova sede do CONEC está vinculada a um
981 pleito feito pelo conselheiro Vanderley. De acordo com os recursos da PNAB,
982 uma parte poderia ser destinada para a manutenção predial, como reformas.
983 Durante a reunião anterior, foi votado que três reformas seriam realizadas em
984 prédios da Secretaria, e uma delas envolveria a casa da cultura, onde seria a
985 nova sede do CONEC. Ela esclareceu que o imóvel Ideal não pertence ao
986 estado, e ainda está sendo verificado como será possível realizar a reforma
987 nesse local. As reformas na Casa da Cultura, no Teatro Escola e no Ideal estão
988 em andamento. Em relação à sede do CONEC, ela permaneceria na Casa da
989 Cultura, como previsto. Ressaltou que o andamento desse processo não
990 impactaria o recebimento de recursos das próximas etapas do PNAB, como as
991 etapas 2, 3 e 4, embora o processo licitatório possa demorar devido às questões
992 burocráticas do setor público. **O conselheiro André Durand** pediu que a doutora
993 Anne lembrasse o valor aprovado pelo colegiado para a reforma da sede do
994 CONEC. Ele também mencionou que o colegiado havia recebido algumas
995 críticas, tanto do município quanto do estado, pois havia um articulador que
996 queria que esse valor fosse destinado a outro local, mas isso não aconteceu.
997 Além disso, solicitou que Anne esclarecesse o que ficou acordado em reunião
998 sobre as visitas aos outros locais da PNAB para 2025. Ele citou o exemplo do
999 município de Barreirinha, onde os conselheiros fariam uma visita técnica à casa
1000 do antigo poeta Thiago de Mello. Ele pediu esclarecimentos sobre os valores
1001 envolvidos e como ficaria a questão das visitas técnicas aos municípios que irão
1002 utilizar os recursos da PNAB na segunda etapa. **Anne Paiva** informou que
1003 estava conversando com Simone e sugeriu que os conselheiros recebessem a
1004 ata da reunião em que discutiram o tema para que pudessem revisar e relembrar



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1005 as decisões. Ela destacou que as atas e o planejamento seriam publicados nas
1006 redes, mas que era importante que os conselheiros tivessem esses documentos
1007 também. Anne mencionou que, na última reunião de aprovação, foi levantado o
1008 ponto de que todas as reformas da etapa 2 seriam realizadas no interior do
1009 estado. Ela sugeriu que todos lessem novamente a ata para confirmar essas
1010 informações, incluindo o valor das reformas. **O conselheiro André Durand**
1011 mencionou que a visita com o CDE deveria ter ocorrido em dezembro do ano
1012 anterior. **O secretário geral** respondeu destacando que era importante
1013 lembrar o que havia sido acordado com a classe, como o investimento de R\$
1014 3.000.000,00 em equipamentos culturais do estado, sendo que a verba
1015 destinada a este ano deveria ser usada para equipamentos nos interiores. Ele
1016 questionou se as prefeituras estavam se preparando para concorrer à verba,
1017 mencionando que, ao menos em um município, não havia projeto ou licitação em
1018 andamento, o que indicava que o processo estava atrasado. Ressaltou que não
1019 havia projeto de reforma ou arquitetônico para justificar o uso da verba, e
1020 concluiu que esse processo estava sendo deixado para trás. Expressou
1021 preocupação sobre o processo de licitação das prefeituras, questionando se as
1022 prefeituras estavam realmente se preparando para concorrer à verba destinada
1023 às reformas. Ele mencionou que um município seria apresentado ao conselho,
1024 mas questionou o que exatamente estava sendo licitado, uma vez que não havia
1025 projetos ou planos claros. Ele enfatizou a ausência de projetos arquitetônicos ou
1026 planos de reforma, destacando que esse processo estava sendo deixado de
1027 lado. A verba ainda estava sendo proposta e que o processo de licitação ainda
1028 estava em andamento, um processo licitatório e que precisa ser esclarecido. **O**
1029 **presidente** esclareceu que a casa da cultura seria a nova sede do conselho, e
1030 que a licitação para a reforma ainda será aberta. **O secretário geral**, então,
1031 confirmou que, de acordo com a fala de Anne Paiva, está sendo. **Anne paiva**
1032 disse que os processos são internos da secretaria. Em seguida, o secretário geral
1033 comentou sobre a escolha do prédio, mencionando que o Thiago Hermido o
1034 convenceu de que o local originalmente proposto não era adequado devido à
1035 falta de janelas e de ventilação adequada. **O presidente** respondeu dizendo que
1036 o prédio será reformado. **O secretário geral** argumentou que, embora a reforma
1037 da Casa da Cultura seja planejada, ele acredita que reformas anteriores não
1038 tiveram durabilidade. Ele também mencionou que o conselheiro André Durand
1039 sugeriu, uma inspeção prévia, ainda não foi feita. Segundo ele, a pauta mais
1040 apropriada seria sobre a verba destinada aos espaços culturais da PNAB, e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1041 sugere que, durante a reunião, seja marcada uma data para realizar as visitas
1042 técnicas a esses espaços, incluindo os três prioritários. Ele destaca que, com a
1043 verba disponível, não será possível realizar muitas reformas e que deve-se
1044 avaliar se o orçamento será suficiente para atender às necessidades do
1045 conselho. **O presidente** sugeriu que as visitas aos locais, como a Casa da
1046 Cultura, o Ideal e o Teatro Escola, sejam feitas com a presença de um arquiteto
1047 da SEC, para avaliar as reformas necessárias. **Anne Paiva** perguntou ao
1048 secretário geral se o seu pedido é, de fato, para realizar visitas in loco na Casa
1049 da Cultura, no Ideal e no Teatro Escola, para avaliar os locais e suas
1050 necessidades de reforma. **O secretário geral** disse que é uma visita técnica
1051 prévia. **O secretário geral** disse que é uma visita técnica prévia. Disse que tem
1052 que ver outros espaços. **O presidente** esclareceu que o Ideal Club não é um
1053 prédio do estado. Em seguida, **o secretário geral** reafirmou que o pedido é para
1054 uma visita técnica prévia, abordando a necessidade de verificar os três espaços
1055 prioritários: a Casa da Cultura, o Ideal e o Teatro Escola. **Anne Paiva** confirmou
1056 a solicitação e indicou que a visita poderia ser feita com o auxílio de arquitetos
1057 da SEC. Além disso, **o secretário geral** sugeriu que, além da Casa da Cultura,
1058 do Ideal e do Teatro Escola, outros espaços também poderiam ser levantados
1059 para receber a verba destinada às reformas. Ele destaca a importância de
1060 otimizar esse investimento, indicando que a sede do conselho deveria ter não
1061 apenas um escritório, mas também um auditório e espaços para eventos e
1062 formação. Ele também menciona um local anterior, a antiga Escola de
1063 Magistratura (ESMAM), mas lembra que esse prédio não pertence à Secretaria.
1064 Ele propõe que seja feita uma visita técnica para identificar os espaços que ainda
1065 necessitam de reformas. **Anne Paiva** confirmou que a antiga sede da ESMAM
1066 está cedida para outro ente, também para reformas. Em relação ao Ideal, ela
1067 explica que ainda estão em diálogo para verificar a possibilidade de doação do
1068 imóvel para a Secretaria e se seria possível formalizar essa doação para que o
1069 prédio ficasse sob a gestão da Secretaria. Ela afirmou que esse processo ainda
1070 está em andamento. **O secretário geral** sugeriu que a possibilidade de utilizar o
1071 Ideal como sede do Conselho pode ser uma "moeda de pressão", argumentando
1072 que, se o imóvel for doado para a Secretaria, a reforma poderia ser realizada.
1073 Ele propõe usar essa negociação como uma forma de convencer os envolvidos
1074 a ceder o prédio. **Anne Paiva** sugeriu que seja agendado um encontro com o
1075 corpo técnico, incluindo engenheiros e arquitetos, para que eles apresentem as
1076 propostas técnicas para os conselheiros. Ela destaca que esses profissionais



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1077 conseguem representar as questões de forma mais precisa do ponto de vista
1078 técnico. **O presidente** propôs que, após a visita técnica, os engenheiros e
1079 arquitetos possam discutir as necessidades dos espaços, já que são os
1080 profissionais mais capacitados para abordar as questões técnicas relacionadas
1081 à reforma. **O secretário geral** destacou que a principal questão é saber se o
1082 orçamento disponível será suficiente para cobrir as reformas necessárias. **Anne**
1083 **Paiva** mencionou que os arquitetos e engenheiros já realizaram um
1084 levantamento do que pode ser reformado com os recursos disponíveis para a
1085 Secretaria. **O conselheiro André Durand** sugeriu que o prédio onde funcionava
1086 o Conselho Municipal de Cultura, que pertence ao Estado, seja considerado. Ele
1087 menciona que o prédio está sendo depredado, especialmente na parte de trás,
1088 e sugere que ele poderia ser reformado. **O conselheiro Vanderley Pinheiro**
1089 reforça o acordo de que o primeiro ano seria destinado ao Estado e o segundo
1090 ano ao interior. Ele também mencionou as visitas, destacando que ainda não
1091 foram concretizadas. Sugeriu que os conselheiros interessados em verificar a
1092 situação dos imóveis para serem considerados como sede façam as visitas
1093 técnicas para avaliar a real condição dos locais. **A conselheira Jordania**
1094 **Galdino** sugeriu a inclusão do prédio onde funcionava a ConCultura (Palácio Rio
1095 Branco), caso ele pertença ao Estado, como possível sede para o Conselho
1096 Estadual de Cultura, considerando que ele não precisaria de reformas e poderia
1097 ajudar a economizar recursos. Ela também propôs uma reforma no
1098 Cineteatro Aldemar Bonates, no Centro Estadual de Convivência da
1099 Família Magdalena Arce Daou, que é amplamente utilizado pela comunidade
1100 local e para atividades de cultura e artes, incluindo o Liceu de Artes e Ofícios
1101 Claudio Santoro. sugeriu que, com a verba da PNAB sendo direcionada ao
1102 Estado, sobraria dinheiro para reformas e que seria interessante realocar o
1103 dinheiro para os espaços do interior e para as reformas de outros locais
1104 importantes, como o Cineteatro Aldemar Bonates, que está sem utilização
1105 devido à falta de reforma. **O secretário geral** expressou surpresa ao saber que
1106 o Governo do Estado do Amazonas possui equipamentos chamados "casas de
1107 Cultura" nos interiores, mas que estão desativadas. Ele sugeriu que a verba
1108 destinada ao interior poderia ser usada para revitalizar essas casas de cultura e
1109 pediu mais informações sobre o projeto, para entender melhor como isso poderia
1110 ser viável. **Thiago Hermido** explicou que o Governo do Estado do Amazonas
1111 tinha um projeto chamado "Sala de Cultura", que era uma parceria com os
1112 municípios. O município cedia um espaço, como uma sala na sede da prefeitura,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1113 em uma escola municipal ou em uma associação, e o Governo do Estado
1114 fornecia equipamentos e materiais do Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro
1115 para serem utilizados pela comunidade. Ele mencionou que as prefeituras
1116 podiam disponibilizar uma sala, que serviria de apoio para que os trabalhadores
1117 da cultura pudessem se inscrever em editais e participar de cursos de desenho,
1118 dança, teatro, entre outros. A intenção era principalmente beneficiar crianças,
1119 jovens e adolescentes. No entanto, esses espaços eram simples, não eram
1120 grandes infraestruturas, e não se tratava de um único local fixo, mas sim de salas
1121 cedidas pelos municípios para a implementação do projeto. **O secretário geral**
1122 explicou que, após o esclarecimento de Thiago Hermido, ele reformulou sua
1123 proposta. Ele disse que era muito interessante saber sobre as "salas de Cultura".
1124 Sugeriu que seria necessário encontrar um orçamento para otimizar essas salas.
1125 Ele questionou se era preciso chamar os municípios que já possuíam esses
1126 espaços ou se seria necessário realizar um levantamento dos espaços que
1127 haviam recebido reformas no interior. Ele mencionou que esse levantamento
1128 também exigiria tempo e sugeriu que o Conselho, em conjunto com a ASPC,
1129 criasse um chamado para os municípios, priorizando locais como o de
1130 Barreirinhas, onde a Casa de Thiago de Mello era uma prioridade. A proposta
1131 seria permitir que as municipalidades se inscrevessem para receber a verba,
1132 detalhassem os espaços que queriam reformar e apresentassem contrapartidas.
1133 Ele destacou que os espaços não poderiam ser reformados apenas para ficarem
1134 abandonados ou usados para outros fins que não fossem culturais. **O presidente**
1135 sugeriu que a proposta fosse incorporada como um ponto de pauta para a
1136 próxima reunião, o que foi aceito pelo secretário geral. **Anne Paiva** fez um
1137 lembrete sobre o recurso PNAB de 2024, esclarecendo que a execução desse
1138 recurso se daria em 2025, com novos espaços já relacionados à nova fase do
1139 PNAB. Ela mencionou a necessidade de fazer o PAR (Plano de Ação Regional)
1140 para solicitar o valor, o que precisa ser estabelecido para que o novo recurso
1141 possa ser recebido. Afirmou que, provavelmente, o pagamento do recurso
1142 ocorrerá em junho, uma vez que é necessário comprovar os pagamentos, e que
1143 talvez fosse possível começar a receber após os pagamentos dos editais,
1144 previstos para março ou abril, quando já teriam sido pagos 50% do valor. **O**
1145 **secretário geral** solicitou que Anne Paiva colocasse no radar da ASPC a
1146 realização de um chamado para os municípios, destacando a importância de isso
1147 ocorrer ainda no primeiro semestre. Ele ressaltou que essa ação é necessária
1148 para evitar atrasos, considerando que ainda será preciso lidar com processos de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1149 licitação para os locais envolvidos. **O conselheiro André Durand** destacou que
1150 a visita técnica ao município de Barreirinha, prevista para ocorrer até dezembro
1151 de 2024, precisa ser realizada o quanto antes. Ele sugeriu à doutora Anne que,
1152 durante as visitas de busca ativa no interior, fosse incluído um levantamento de
1153 prédios abandonados, como antigas instalações da Telemar, encontrados em
1154 diversos municípios. André propôs confrontar essas informações com as
1155 prefeituras para avaliar a viabilidade de utilizar esses espaços para atividades
1156 culturais. Ele também mencionou que, devido ao período chuvoso no Amazonas,
1157 parte da Casa do Thiago de Mello já sofreu danos, como destelhamento. Por
1158 isso, recomendou que a programação da visita técnica a esses espaços fosse
1159 antecipada para evitar mais problemas relacionados ao clima. Além disso,
1160 sugeriu que a conselheira Lucimar também contribuísse com essa discussão,
1161 caso o presidente permitisse. **O presidente** pontuou que, considerando que
1162 ainda restavam quatro pautas, a discussão sobre a situação de Barreirinha e a
1163 Casa do Thiago de Mello poderia ser agendada para outra reunião. Ele então
1164 direcionou a atenção para a sexta pauta, referente ao formato de comunidade
1165 para os grupos do CONEC. Solicitou que o secretário geral, Pedro Cacheado,
1166 responsável pela proposta, apresentasse o tema. **O secretário geral** apresentou
1167 sua proposta, informando que em novembro do ano anterior havia solicitado à
1168 Secretaria algumas medidas de reestruturação para o Conselho, incluindo
1169 organização digital de arquivos, um domínio de e-mail próprio e a reformulação
1170 da página do Conselho no site "Cultura do AM", além de equipamentos. Algumas
1171 dessas solicitações foram indeferidas e outras ainda estavam em análise. Ele
1172 destacou a necessidade de organizar os diversos grupos e comissões do
1173 Conselho que surgem frequentemente, mencionando que atualmente há muitos
1174 grupos dispersos no WhatsApp. A sugestão foi centralizar esses grupos em um
1175 formato de comunidade, como feito anteriormente nas ações de busca ativa da
1176 PNAB, o que, segundo ele, trouxe organização e evitou problemas. A proposta
1177 seria criar uma comunidade no WhatsApp, onde os grupos seriam reunidos de
1178 forma estruturada, com acesso restrito conforme o regimento. O objetivo é
1179 melhorar o fluxo de informações, centralizando contatos e informações em um
1180 único local. Ele frisou que a ferramenta seria usada para discussões prévias e
1181 organização, não para mensagens triviais. Por fim, Pedro colocou a proposta em
1182 votação e afirmou que, se aprovada, poderia começar a implementação
1183 imediatamente. **O presidente** perguntou se havia outra proposta ou algum
1184 comentário sobre a sugestão apresentada por Pedro Cacheado, estabelecendo



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1185 o limite de dois minutos para comentários. Como ninguém se manifestou,
1186 colocou a proposta em votação. **A proposta foi aprovada por unanimidade,**
1187 **sem abstenções.** Em seguida, anunciou a próxima pauta, a "Semana Pensar
1188 Cultural", também apresentada por Pedro Cacheado, e solicitou que ele
1189 explicasse o tema. **O secretário geral** apresentou a pauta "Semana Pensar
1190 Cultura", explicando que o projeto foi idealizado anteriormente, mas não foi
1191 concretizado devido à falta de tempo e à necessidade de mais atenção da
1192 Secretaria. Ele destacou que os esforços foram retomados e que o processo
1193 inicial será realizado em conjunto com todos os envolvidos. Informou que uma
1194 reunião de gênese está marcada para o dia 25 deste mês, com o objetivo de
1195 definir o calendário anual do projeto. Ele destacou que a "Semana Pensar
1196 Cultura" incluirá seminários e o CONEC Itinerante, com previsão de quatro
1197 encontros ao longo do ano. Esses encontros resultarão em quatro publicações
1198 científicas, que serão produzidas em parceria com as editoras da UFAM e da
1199 UEA, contribuindo para a relevância científica e acadêmica dos participantes. Ele
1200 enfatizou a importância do projeto para o fortalecimento do currículo Lattes dos
1201 envolvidos e fez um convite aberto aos conselheiros interessados em contribuir.
1202 Embora o trabalho seja voluntário no momento, mencionou a intenção de captar
1203 recursos devido ao grande potencial do projeto. **A conselheira Ana Lígia**
1204 perguntou sobre o projeto "Semana Pensar Cultura", mostrando interesse ao
1205 descobrir sua existência. Inicialmente, ela questionou se o projeto se restringiria
1206 apenas à publicação de livros ou se haveria um evento envolvido. **O secretário**
1207 **geral** esclareceu que o projeto inclui uma semana inteira de atividades culturais,
1208 que se estruturará como um seminário. O conteúdo discutido e debatido no
1209 seminário será compilado em livros, que serão editados, publicados e
1210 distribuídos gratuitamente. **A conselheira Ana Lígia** buscou mais detalhes e
1211 confirmou sua compreensão sobre o formato do projeto, que **o secretário geral**
1212 reforçou ser um seminário com uma semana de duração. Ele destacou que o
1213 formato (online, presencial ou híbrido) será definido na reunião de gênese,
1214 marcada para o dia 25 de janeiro. **O secretário geral** opinou que um modelo
1215 híbrido seria interessante, mas ressaltou a importância de algumas atividades
1216 presenciais, indicando que essas decisões serão tomadas com base em estudos
1217 e discussões sobre os modelos de seminários mais eficazes. **A conselheira Ana**
1218 **Lígia** questionou se a reunião do dia 25 seria presencial, ao que **O secretário**
1219 **geral** confirmou e mencionou que já havia solicitado à Symone verificar a
1220 disponibilidade do espaço "Caverna". Ele consultou o calendário da cultura para



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1221 garantir a precisão da data. **O presidente** perguntou se havia necessidade de
1222 mais esclarecimentos sobre o convite feito pelo secretário geral para a "Semana
1223 Pensar Cultura". Sem comentários adicionais, **o presidente** anunciou que
1224 passariam para o penúltimo ponto da pauta, mas o secretário geral interrompeu
1225 para reforçar a importância de os interessados se manifestarem imediatamente.
1226 Ele destacou que, caso não o fizessem, entenderia que essas pessoas não
1227 participariam do projeto. **Anne Paiva** alertou que o dia 25 era um sábado, ao que
1228 Pedro respondeu que a data havia sido apenas uma sugestão e abriu a
1229 possibilidade de ajustar para os dias 24 ou 25, conforme necessário. Comentou
1230 que verificaria a disponibilidade do dia 24 no espaço da Caverna e sugeriu
1231 encaminhar informações para outros conselheiros interessados. Ela pediu ao
1232 secretário geral que elaborasse um resumo do evento, incluindo propostas
1233 necessárias, para facilitar a compreensão e colaboração dos conselheiros. **O**
1234 **secretário geral** respondeu que apresentaria o projeto finalizado em formato de
1235 PowerPoint, o qual seria distribuído via o grupo do Conselho Criativo no
1236 WhatsApp, enfatizando a importância de os interessados se manifestarem. **Anne**
1237 **Paiva** reiterou que nem todos os conselheiros estavam na reunião e que seria
1238 útil enviar um expediente administrativo para detalhar como cada um poderia
1239 contribuir. Pedro se comprometeu a elaborar um texto básico para a circular. **A**
1240 **conselheira Ana Lígia** demonstrou entusiasmo pelo projeto e ofereceu suporte
1241 criativo e técnico, incluindo o uso de uma tela inflável para projeções, destacando
1242 que sua equipe era a única em Manaus a possuir esse equipamento. Pedro
1243 agradeceu a contribuição e brincou que isso já estava gravado. **O secretário**
1244 **geral** perguntou a Thiago Hermido se a logomarca para o evento já estava pronta
1245 para apresentação ao plenário. **O secretário geral** explicou que havia escolhido
1246 o sábado, dia 25, como data preferencial para a reunião, pois muitas pessoas
1247 não estariam dando aula nesse dia. No entanto, ele destacou que, dependendo
1248 da resposta da SEC quanto à disponibilidade do espaço, poderia considerar
1249 realizar o encontro no dia 24, no final da tarde. Reforçou que a data original da
1250 reunião, dia 25, já havia sido combinada com antecedência no grupo,
1251 mencionando que convocou os participantes com um mês de antecedência e
1252 comunicou a data pelo WhatsApp. Ele salientou a necessidade de conciliar
1253 agendas para confirmar o melhor dia. **O conselheiro Wellisson Batista**
1254 cumprimentou a todos, informou que teria que sair em breve devido a outro
1255 compromisso e antecipou que, caso sumisse da reunião, estaria em outro
1256 compromisso. Agradeceu a todos pela compreensão. **O presidente** informou



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1257 que passariam para a próxima pauta, a penúltima, sobre o **Conec Itinerante**. **O**
1258 **secretário geral** afirmou que o CONEC Itinerante precisa acontecer e sugeriu
1259 que uma reunião ordinária fosse realizada, possivelmente na UFAM, conforme
1260 ele havia proposto antes. Ele mencionou uma opinião contrária à sua, da
1261 conselheira Lucimar, que sugeriu que o CONEC Itinerante continue com seus
1262 processos para o interior. A cidade escolhida, conforme registrado em ata, seria
1263 Barreirinha. Ele destacou a necessidade de agendar o evento no primeiro
1264 semestre e confirmar quando ele acontecerá com o recurso da Secretaria. **O**
1265 **conselheiro André Durand** enfatizou a importância da fala do secretário geral
1266 sobre o CONEC Itinerante, destacando que o evento não pode ser interrompido,
1267 pois foi construído com base em pesquisas e votações. Ele afirmou que o
1268 próximo evento deve acontecer ainda este ano em Barreirinha, utilizando a
1269 mesma metodologia anterior, convidando os municípios vizinhos para participar.
1270 Sugeriu também que, caso haja recursos disponíveis, eles sejam remanejados
1271 para garantir que o CONEC Itinerante ocorra com qualidade no município. **O**
1272 **secretário geral** sugeriu que o CONEC Itinerante fosse calendarizado para
1273 ocorrer em março, abril, maio ou junho, com a possibilidade de um novo evento
1274 em julho. **O presidente** sugeriu que as datas fossem discutidas dentro do grupo
1275 e apresentadas na próxima reunião. **A proposta foi aprovada**. Em seguida, a
1276 pauta final foi sobre o calendário de reuniões de 2025. **Symone Farias**
1277 apresentou o calendário de reuniões de 2025, baseado na decisão anterior de
1278 realizar reuniões às quartas-feiras, das 14h às 17h. Todas as reuniões seguem
1279 esse padrão, exceto em março, devido ao feriado de Carnaval. Após discussão,
1280 foi sugerido que a reunião de março fosse remarcada para sexta-feira, dia 7. A
1281 proposta foi aceita e o calendário será ajustado, com o novo cronograma sendo
1282 enviado ao grupo e por e-mail. **O presidente** permitiu que fosse retrocedido para
1283 ajustar a questão do calendário. **O conselheiro Elson Rocha** informou que,
1284 devido a compromissos em Brasília, não estará disponível em algumas datas
1285 específicas: Abril: 9, 10 e 11. Agosto: 7, 8 e 9. Dezembro: 4 e 5. **O secretário**
1286 **geral** solicitou que o conselheiro Elson sugerisse novas datas para as reuniões
1287 desses meses, considerando que elas devem ocorrer antes do dia 10, atendendo
1288 às exigências do JETON dos conselheiros. **O conselheiro Elson Rocha** sugeriu
1289 alterações no calendário devido à sua indisponibilidade para as reuniões de abril
1290 e agosto. Ele propôs que a reunião de abril fosse antecipada para o dia 7, sexta-
1291 feira. Para agosto, sugeriu a antecipação para o dia 1º, também uma sexta-feira.
1292 **O conselheiro Wellisson Batista** mencionou que, geralmente, não pode



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1293 participar nas segundas, terças e quintas-feiras. **O conselheiro Elson Rocha**
1294 destacou que sugerir reuniões no dia 1º de agosto seria positivo, pois seria logo
1295 após o pagamento, o que aumentaria a chance de participação. O conselheiro
1296 Vanderley Pinheiro, que expressou insatisfação por uma pauta solicitada por ele
1297 não ter sido incluída na reunião. **O presidente** esclareceu que a pauta poderia
1298 ser discutida na próxima sessão, mas **o conselheiro Vanderley Pinheiro**
1299 mencionou que o assunto era urgente, relacionado a um edital em andamento
1300 que gerava ansiedade e preocupação com possíveis prejuízos causados por
1301 falhas no processo. **O presidente** confirmou que foi apresentada à mesa diretora
1302 a proposição do conselheiro Vanderley Pinheiro, representando a cadeira do
1303 Circo, para incluir na próxima pauta todos os questionamentos, denúncias ou
1304 pedidos de esclarecimento relacionados aos editais da PNAB, enviados ao pleno
1305 do CONEC. **Anne Paiva** sugeriu ao conselheiro Vanderley que, devido à pauta
1306 cheia da reunião, ele considerasse uma abordagem alternativa para discutir os
1307 questionamentos relacionados aos editais da PNAB. Ela mencionou que o
1308 conselheiro Pedro Cacheado e o conselheiro Elson haviam anteriormente
1309 resolvido questões semelhantes em uma reunião direta, trazendo maior
1310 agilidade ao processo. **Anne Paiva** informou que todos os e-mails enviados pelo
1311 **conselheiro Vanderley Pinheiro** com questionamentos já haviam sido
1312 respondidos e que ele poderia marcar uma reunião com outros conselheiros na
1313 sala do ASPC para discutir os assuntos em mais detalhes. No entanto, o
1314 **conselheiro Vanderley Pinheiro** enfatizou que os assuntos são de interesse
1315 coletivo e deveriam ser deliberados pelo pleno, e não resolvidos apenas por ele
1316 ou por um pequeno grupo de conselheiros. **Anne Paiva** esclareceu que algumas
1317 denúncias e questionamentos haviam sido comunicados no grupo de WhatsApp
1318 e reiterou a necessidade de identificar as demandas específicas para viabilizar
1319 a deliberação no pleno. Informou que todas as questões e denúncias enviadas
1320 para o e-mail oficial do Conec já foram coletadas, analisadas e respondidas. O
1321 administrativo realizou o levantamento e compartilhou as informações com os
1322 conselheiros e a ASPC. Ela mencionou que há diferentes situações em
1323 andamento: alterações de projeto que serão analisadas pelos conselheiros do
1324 audiovisual, denúncias relacionadas à LPG que estão pendentes para a próxima
1325 pauta, e questões da PNAB, algumas já respondidas diretamente aos
1326 proponentes. Destacou que possui os e-mails e respostas documentados, mas
1327 reconheceu que o volume de mensagens é significativo. **A conselheiro**
1328 **Jordania Galdino** propôs que, para tratar as demandas do conselheiro



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1329 Vanderley de forma adequada e detalhada, fosse convocada uma reunião
1330 extraordinária ainda dentro do mês. Essa abordagem permitiria uma análise mais
1331 aprofundada e estruturada das questões levantadas. **O conselheiro André**
1332 **Durand** reforçou a importância de tratar as questões levantadas de forma
1333 coletiva no pleno, envolvendo todos os conselheiros, tanto da sociedade civil
1334 quanto do poder público. Ele destacou, como exemplo, denúncias relacionadas
1335 à exclusão de pessoas PCDs, negras e LGBTQIA+ em avaliações, além de
1336 problemas com a busca ativa. Segundo ele, em alguns municípios,
1337 "heteroidentificadores" validaram declarações que foram posteriormente
1338 indeferidas pelos avaliadores. Ele enfatizou que esses questionamentos
1339 precisam de um espaço amplo de diálogo para garantir que os conselheiros
1340 tenham uma compreensão completa do que ocorre nas seleções e para abordar
1341 as inconsistências relatadas. Assim, apoiou a proposta de reunir o pleno em uma
1342 sessão específica para discutir essas questões de forma mais profunda. **Anne**
1343 **Paiva** explicou que as informações sobre a etnia, deficiência, e outras
1344 características dos inscritos na PNAB vêm do Cadastro Estadual de Cultura.
1345 Quando os participantes preenchem o formulário, eles se autoidentificam como
1346 branco, negro, PCD, entre outras categorias, e isso é automaticamente refletido
1347 nas listas preliminares de inscritos e após recursos. No entanto, ela esclareceu
1348 que essa categorização inicial não passou por análise dos
1349 "heteroidentificadores" (avaliadores) até o momento. Informou que o processo
1350 de análise dos "heteroidentificadores" está sendo realizado agora e que as
1351 respostas sobre essas questões serão fornecidas à sociedade no dia 2 de
1352 fevereiro, conforme o calendário estabelecido no edital. As listas iniciais, que
1353 eram baseadas apenas nas informações fornecidas no cadastro estadual, não
1354 passaram por um crivo de avaliação. **O secretário geral** fez um alerta sobre a
1355 forma como as informações chegam ao conselho, muitas vezes com acusações
1356 ou sentimento de revolta de artistas que não foram contemplados. Ele ressaltou
1357 que, embora as queixas possam ser legítimas, elas muitas vezes são baseadas
1358 em mal-entendidos e podem acabar sendo exageradas ou até infundadas. Ele
1359 também expressou sua admiração pela sensibilidade dos conselheiros, mas
1360 sugeriu cautela ao tratar dessas questões sem uma análise mais aprofundada.
1361 Mencionou que, mesmo com a boa intenção de ouvir os artistas, é importante
1362 esperar que as denúncias sejam apuradas corretamente e que os processos
1363 sejam seguidos de acordo com o cronograma. Ele também destacou que ainda
1364 não chegou o momento de fazer uma análise sobre as denúncias relacionadas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1365 à PNAB, pois o processo ainda está em andamento. Segundo ele, seria
1366 imprudente tomar decisões precipitadas baseadas apenas em desinformação ou
1367 reações emocionais de fora, já que isso poderia comprometer o andamento das
1368 ações e processos mais amplos que ainda precisam ser avaliados. Além disso,
1369 ele comentou sobre algumas distorções no sistema de inscrição de projetos e no
1370 cadastro, como a falta de clareza sobre quem pode se inscrever em certas
1371 categorias, e sugeriu que esses pontos sejam corrigidos ao longo do tempo, com
1372 reformulações adequadas. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** reforçou a
1373 preocupação sobre a discrepância nos dados utilizados para categorizar os
1374 artistas como PCD (Pessoa com Deficiência). Ele destacou que, apesar de o
1375 cadastro de Cultura indicar que a pessoa é PCD, o projeto dela pode ser
1376 registrado como não-PCD, gerando confusão e aflição para os envolvidos.
1377 Questionou o critério de utilização dessas informações no processo de avaliação
1378 dos projetos e pediu que o pleno estivesse ciente dessa questão. Ele também
1379 mencionou que foi solicitado à SEC uma correção dos dados, mas a situação
1380 ainda precisa ser resolvida. **Anne Paiva** explicou que os processos
1381 administrativos dos editais são complexos e, por isso, é importante que todos os
1382 envolvidos compreendam como eles funcionam. Ela esclareceu que, até o
1383 momento, não haviam recebido nenhuma denúncia formal, e que, de acordo com
1384 as regras do edital, uma denúncia só seria válida se fosse encaminhada ao e-
1385 mail oficial do setor responsável, o aspc@cultura.am.gov.br, acompanhada de
1386 fundamentos e provas. Ela enfatizou que denúncias anônimas ou sem provas
1387 não seriam aceitas. Também explicou que o edital previa que os participantes
1388 poderiam fazer alterações em seus cadastros até o dia 13 de dezembro.
1389 Alterações feitas após essa data não seriam consideradas para o processo, para
1390 preservar a integridade e a competitividade entre os participantes. Ela
1391 mencionou que, devido ao grande número de inscrições (mais de 2.000), permitir
1392 mudanças durante o processo poderia prejudicar a avaliação. Além disso,
1393 reforçou que, de acordo com o edital, os dados cadastrados, como a
1394 identificação de pessoas com deficiência (PCD), indígena, negra ou branca,
1395 seriam considerados conforme as informações enviadas até o prazo limite de 13
1396 de dezembro. Também esclareceu que, durante o processo de avaliação, os
1397 dados do cadastro estadual de cultura, incluindo a autoidentificação (como PCD,
1398 raça ou etnia), seriam utilizados, mas as análises dos "heteroidentificadores"
1399 estavam em andamento. Essas análises seriam disponibilizadas para a
1400 sociedade no dia 2 de fevereiro. Ela pediu para que os conselheiros informassem



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1401 corretamente aos artistas sobre esses detalhes, para que o processo seguisse
1402 de maneira justa e sem prejudicar os envolvidos. **O conselheiro André Durand**
1403 questionou, baseado nas falas da doutora Anne Paiva e do conselheiro
1404 Vanderley Pinheiro, como seria a relação caso a sociedade civil pedisse uma
1405 sindicância no sistema. Ele destacou que, segundo o que foi explanado, até uma
1406 determinada data era possível realizar alterações, mas questionou como a
1407 situação seria tratada. André mencionou o caso de uma pessoa que se cadastrou
1408 no sistema como PCD e, mesmo anexando todos os documentos, como o CID,
1409 apareceu na relação como não-PCD. O representante da dança trouxe um
1410 exemplo específico, apontando que, conforme as informações apresentadas,
1411 uma pessoa que enfrenta câncer, que não tem mais os seios, e que anexou a
1412 documentação comprobatória no cadastro de Cultura, acabou constando na
1413 relação como não-PCD, isso gerava uma grande preocupação, especialmente
1414 para os conselheiros que atuam no interior e encontram situações em que
1415 pessoas que se declaram negras, indígenas, LGBT ou PCD no cadastro
1416 aparecem nas listas como não pertencentes a essas categorias. Ainda fez uma
1417 comparação pessoal, afirmando que, caso ele estivesse em uma situação de
1418 mutilação física, como a perda dos seios devido a câncer, e tivesse o CID
1419 anexado no sistema, ele seria uma pessoa PCD. No entanto, de acordo com o
1420 que estava sendo apresentado, não era isso que estava sendo refletido nas
1421 relações divulgadas, questionou a justificativa do sistema para essas
1422 discrepâncias. Por fim, reiterou que seria necessário sentar e avaliar caso por
1423 caso, como sugerido pela doutora Anne, para garantir que as informações do
1424 sistema fossem condizentes com a realidade e que as pessoas não fossem
1425 prejudicadas por erros no cadastro. **Anne Paiva** agradeceu os votos recebidos
1426 e informou que em breve iniciaria seu projeto pela ManausCult. Ela também
1427 parabenizou os conselheiros presentes, destacando que alguns deles
1428 participaram e foram agraciados no edital, reconhecendo o mérito de todos.
1429 Explicou que, até o momento, não houve análise documental referente aos
1430 critérios de cota e pontuação diversa do edital, como pessoas indígenas, LGBT,
1431 negras ou PCD. Ela esclareceu que o que ocorreu foi o processamento de
1432 informações pelo sistema, onde, caso a pessoa tenha marcado no cadastro que
1433 era PCD, esta informação constava no sistema como tal. Contudo, se alguém
1434 não marcou essa opção no cadastro, mesmo anexando documentos que
1435 comprovariam a condição, o sistema não a reconheceu como PCD. Sugeriu que
1436 os conselheiros levantassem os casos específicos, fornecendo informações



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1437 como nome, CPF e CNPJ, para que as situações pudessem ser analisadas caso
1438 a caso, assim como já foi feito anteriormente com os conselheiros Pedro
1439 Cacheado e Elson Silva da Rocha. **O conselheiro André Durand** questionou se
1440 poderia fazer uma colocação e mencionou a conselheira Marly, suplente de
1441 Folclore e Carnaval, que estaria acompanhando a reunião e também teria
1442 demandas relacionadas às situações discutidas. Ele apresentou como exemplo
1443 artistas das cidades de Itacoatiara e Tefé que, segundo ele, passaram por
1444 constrangimentos relacionados às listas divulgadas, nas quais não foram
1445 incluídos nas cotas de LGBT ou PCD, mesmo atendendo aos critérios. **Anne**
1446 **Paiva** agradeceu e solicitou que fossem apresentados os CPFs, CNPJs e os
1447 nomes das pessoas que encaminharam e-mails para o CONEC. Ela mencionou
1448 que possuía os e-mails impressos com as respostas e que os conselheiros
1449 presentes poderiam verificar esses documentos. Além disso, destacou a
1450 necessidade de identificar quem são essas pessoas para verificar a situação no
1451 sistema e esclarecer eventuais dúvidas. **O presidente** questionou se alguém
1452 ainda tinha algum ponto a levantar nas questões de **ASSUNTOS GERAIS**. Ele
1453 concedeu a palavra ao conselheiro Elson Rocha, estipulando um limite de três
1454 minutos para sua fala, com a ressalva de que já estava sendo generoso com o
1455 tempo. **O conselheiro Elson Rocha** pediu a palavra e fez um apelo à Secretaria
1456 de Estado de Cultura (SEC). Ele solicitou que, em eventos e reuniões
1457 relacionadas às áreas de atuação das cadeiras do conselho, os conselheiros
1458 fossem convidados formalmente. Ele relatou um episódio em que acompanhou
1459 o lançamento do Carnaval de casa, pelo YouTube, sem ter sido convidado,
1460 mesmo sendo representante no conselho. Destacou que, como conselheiros,
1461 são os olhos da sociedade, e a exclusão das atividades prejudica sua atuação.
1462 Em relação às denúncias mencionadas por André Durand, Elson afirmou que os
1463 conselheiros precisam lidar com diversas demandas, mas enfatizou a
1464 importância de fundamentar as acusações. Ele sugeriu que todas as denúncias
1465 fossem acompanhadas de provas concretas, como CPFs e documentações,
1466 para que pudessem ser repassadas ao setor jurídico e tratadas de maneira
1467 formal. Também aproveitou o momento para dar boas-vindas aos participantes
1468 da reunião, fazer comentários iniciais sobre a minuta em análise, e expressar
1469 otimismo quanto ao avanço das discussões futuras. Ele declarou não ser
1470 contrário às condutas em debate, mas defendeu que fossem ajustadas de forma
1471 que atendessem as necessidades de ambas as partes. Por fim, mencionou a
1472 ausência de salgados na reunião, finalizando sua fala com bom humor. **O**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1473 **conselheiro André Durand** solicitou a palavra e destacou uma questão
1474 importante relacionada ao cadastro cultural, que permite o registro de jovens a
1475 partir de 12 ou 13 anos, mas não oferece a possibilidade de participação em
1476 editais para aqueles com 16 ou 17 anos. Ele ressaltou a necessidade de corrigir
1477 essa lacuna e propôs a criação de um edital voltado para jovens talentos,
1478 denominado "Edital Futuro do Amanhã". Elogiou iniciativas anteriores, como o
1479 edital de mestres idealizado na gestão de Everaldo, e sugeriu que um novo edital
1480 fosse direcionado a jovens artistas a partir de 16 anos, abrangendo músicos,
1481 cantores, produtores, bailarinos, coreógrafos, ensaístas e representantes da
1482 cultura popular. Ele justificou sua proposta com exemplos concretos,
1483 mencionando que no campo do audiovisual, atores e atrizes são considerados
1484 profissionais aos 15 anos, enquanto bailarinos clássicos iniciam suas carreiras
1485 profissionais já aos 13 anos e, aos 16, muitos estão integrados em companhias
1486 internacionais. O conselheiro destacou a importância de valorizar e fomentar
1487 jovens talentos, mencionando práticas culturais tradicionais como as
1488 pastorinhas, além de iniciativas em regiões como Tefé, que têm forte presença
1489 de grupos culturais e artistas emergentes. Informou que realizou uma pesquisa
1490 detalhada e está preparado para apresentar uma proposta embasada para o
1491 edital, que atenderia a diferentes manifestações artísticas e culturais,
1492 promovendo a preservação e a valorização da tradição e inovação entre os
1493 jovens. **Anne Paiva** respondeu afirmando que a sugestão do conselheiro André
1494 Durand é ótima, mas destacou uma limitação legal: pessoas menores de 18 anos
1495 não podem receber recursos públicos, o que as impede de participar de editais
1496 com repasse financeiro. Ela confirmou que essa questão já foi identificada
1497 anteriormente, pois existem muitos artistas mirins interessados em participar dos
1498 editais, mas as restrições legais inviabilizam essa possibilidade. Na proposta
1499 inicial da PNAB 2020, havia sido incluído um edital para novos artistas,
1500 direcionado a pessoas iniciantes na área cultural. Ela sugeriu que a ideia do
1501 conselheiro Durand poderia ser adaptada para atender artistas maiores de 18
1502 anos, garantindo que a proposta seja viável e compatível com as regras de
1503 utilização de recursos públicos. Ela finalizou agradecendo a proposta, reforçando
1504 a possibilidade de ajustá-la para contemplar jovens talentos adultos. **O**
1505 **conselheiro André Durand** argumentou que, apesar das limitações legais
1506 mencionadas, ele pode demonstrar que há base legal para permitir que jovens
1507 menores de 18 anos participem de editais com acesso a recursos públicos. Ele
1508 destacou que, se realizada uma pesquisa minuciosa, seria possível identificar

1509 iniciativas similares, como a PNAB para a Juventude, já em andamento em
1510 outras partes do Brasil. Enfatizou que não se pode permitir que esses jovens
1511 artistas sejam deixados de lado ou "engessados" devido às restrições existentes.
1512 Ele ressaltou que é responsabilidade do poder público, representado pela
1513 Secretaria de Cultura e pelo governo, agir em favor desses jovens, garantindo o
1514 suporte necessário para que possam desenvolver suas habilidades e projetos.
1515 **A conselheira Ana Lígia** complementou a fala do conselheiro André Durand,
1516 sugerindo que, além da possibilidade de criar editais específicos para menores
1517 de idade, também existe a alternativa de oferecer apoio direto a jovens artistas,
1518 como bolsas ou parcerias com secretarias de cultura. Ela destacou que, assim
1519 como no esporte, onde jovens atletas começam a se destacar com idades ainda
1520 muito baixas, o governo poderia implementar estratégias similares na cultura
1521 para apoiar esses profissionais antes de completarem 18 anos. **Anne Paiva**
1522 agradeceu e sugeriu que, para aprofundar a questão, André encaminhasse os
1523 exemplos de editais que ele mencionou para o e-mail do ASPC, para que a
1524 equipe jurídica possa analisar e fazer os questionamentos necessários. **A**
1525 **conselheira Jordânia Galdino** expressou sua felicidade em relação ao prêmio
1526 recebido por Fernanda Torres, destacando a grande abertura que isso
1527 representou para o cinema brasileiro. Ela elogiou a homenagem realizada pela
1528 Secretaria de Cultura junto ao CONEC e reconheceu o bom trabalho das
1529 cadeiras de Audiovisual e Teatro, representadas por Ana Lígia e Pedro
1530 Cacheado, respectivamente, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da
1531 arte no Brasil, especialmente devido à ausência do Ministério da Cultura por um
1532 tempo, mas destacou a importância da retomada do setor. Ela também convidou
1533 os presentes para assistir ao filme que estava sendo exibido a preços populares
1534 no Casarão de Ideias, de João Fernandes, e em outros cinemas, como no
1535 Amazonas Shopping. Encerrou a fala com um agradecimento e um apelo para o
1536 fortalecimento do teatro e do cinema brasileiro, amazonense, e para a
1537 continuidade da luta por mais políticas públicas e reconhecimento para os
1538 trabalhadores da cultura. **A conselheira Ana Lígia** compartilhou um convite
1539 importante sobre o filme **Os 7 Cores**, que foi produzido com verba estadual e foi
1540 recentemente convidado para ser exibido na Cinemateca de São Paulo. Este
1541 será o primeiro filme de classificação livre da Amazônia a ser exibido nesse
1542 espaço, o que ela considerou uma grande vitória para o cinema amazonense.
1543 Ela destacou que, após a exibição, o filme será disponibilizado nas plataformas
1544 da Secretaria de Cultura de São Paulo e da Cinemateca de São Paulo. Ana Lígia



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1545 ressaltou que a escolha do filme foi uma vitória importante, especialmente
1546 porque ele foi classificado como livre, atendendo ao público infantil e familiar,
1547 enquanto muitos filmes exibidos na Cinemateca de São Paulo costumam ter
1548 classificações mais restritivas (18+ ou 14+). Assim, sem mais manifestações ou
1549 assuntos a serem tratados em plenário, **O PRESIDENTE** agradeceu a presença
1550 de todos e deu por encerrada está 35ª Sessão Ordinária, solicitando que seja
1551 providenciada a ata e encaminhada a minuta aos membros para leitura. A ata
1552 será aprovada no expediente das próximas reuniões, com posterior
1553 encaminhamento para arquivamento na Secretaria Geral do CONEC, visando o
1554 registro nos arquivos do Conselho. Parabenizou pela conduta na reunião e
1555 espera que esse ano de 2025 seja profícua aqui para o concelho cada vez mais.
1556 Encerrada a reunião.

LUIZ CARLOS DE MATO BONATES

Presidente – 35ª Reunião Ordinária

ANA LÍGIA PIMENTEL

Secretário Geral

LISTA DE PRESENÇA:

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Dudson Campos Carvalho – Titular Representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
2. Elson Silva Da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore e Carnaval;
3. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro;
4. Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas;
5. Sérgio Ricardo Monteiro de Almeida – Suplente da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas – FEPIAM;

DE FORMA REMOTA:

6. Pedro Henrique Secatti Cacheado – Titular representante da Cadeira de Audiovisual;
7. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da Cadeira de Literatura;
8. Marcos André Durand Pereira – Titular Representante da Cadeira de Dança;



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

9. Menciús Benavrahám Melo Figueiredo – Titular representante da Cadeira de Música;
10. Vanderley Pinheiro – Titular Representante da Cadeira de Circo;
11. Wellisson Brito Batista – Titular Representante da Cadeira de Cultura Afrodescendente;
12. Lucimar Bezerra Marques – Titular Representante da Cadeira de Cultura Popular De Matriz Ibérica;
13. Bjarne Lima Furtado – Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
14. Rosy Cleia Da Silva Seixas – Titular Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
15. Cristina Helena Maia De Oliveira – Titular Representante da Secretaria de Estado da Fazenda;
16. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas;
17. Érica Dos Santos Nascimento Cintra – Titular Representante da Zona Franca de Manaus;

CONVIDADOS:

18. Nivaldo Pereira Mota – Suplente da Cadeira de Circo;
19. Jady Batista De Castro – Suplente da Cadeira de Dança;
20. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
21. Lydia Lucia Nunes De Sousa – Suplente da Cadeira de Cultura Afrodescendente;
22. Marly Nascimento Nogueira – Suplente da Cadeira de Folclore e Carnaval;

ELABORAÇÃO DA ATA:

23. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

24. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC;
25. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

26. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica – SEC;
27. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica – SEC;
28. Thiago Hermido da Silva – Assessor de Políticas Culturais – SEC;



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:

- 29.** Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa Equipe CONEC;
- 30.** Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico Equipe CONEC;
- 31.** Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

- 32.** Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.